

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

ROBSON ALMEIDA FERRAZ

**MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESSÃO:  
Vigilância, coerção e criminalização política nos Inquéritos Policiais Militares no Piauí  
(1964-1969)**

PICOS – PI  
2016

ROBSON ALMEIDA FERRAZ

**MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESSÃO:  
Vigilância, coerção e criminalização política nos Inquéritos Policiais Militares no Piauí  
(1964-1969)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Orientadora: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima.

ROBSON ALMEIDA FERRAZ

**MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESSÃO:**  
**Vigilância, coerção e criminalização política nos Inquéritos Policiais Militares no Piauí (1964-1969)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí-UFPI.

Orientadora: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima.

**Aprovada em:**

Picos (PI), 01 de Março de 2016

Orientador (a): Nilsângela Cardoso Lima  
Examinador (a) 1: Robson Almeida Ferraz  
Examinador (a) 2: Dr. Felipe Otonário de Souza

Prof. Me. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
(Suplente)

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**F381m** Ferraz, Robson Almeida

Movimentos sociais e repressão: vigilância, coerção e criminalização política nos inquéritos policiais militares no Piauí (1964-1969) / Robson Almeida Ferraz. – 2016.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. ( 62 f.)

Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2016.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Nilsângela Cardoso Lima.

1. Regime Ditatorial-Piauí. 2. Piauí-História. 3. História-Crimes-Piauí. I. Título.

**CDD 981.22**

MARIA: tu me leva  
sorrindo  
pra beira de teu  
labirinto  
corre, se esconde,  
debanda  
aludindo que me quer  
menino  
e me deixa em tramas,  
em ruas, revirando  
escombros  
entre muros pinchados,  
assombros,  
da incrível história do  
mundo

## AGRADECIMENTOS

Gratidão ao Universo, por todos os caminhos e descaminhos trilhados.

Nilsângela Lima, pela paciência. Dayvide Magalhães, pelas melhores aulas que nunca precisaram ter fim. Gustavo Batista, pela liberdade e a autonomia fomentada. Fábio Leonardo, pela sensibilidade. Iael de Souza, pela experiência no trabalho social e a disposição enérgica constante quando o início pareceu não ter fim. Elierson Moura, Johny Santana, Mairton Celestino, Carla Silvino, Gleison Monteiro, Karla Oliveira, Eliane Rocha, Filipe de Souza, Mara de Carvalho, Roberta de Araújo, Ana Paula Castro e Rodrigo Fonseca: gratidão a todos pelas experiências trocadas no ambiente acadêmico. Aos colegas de curso e de Picos que chegaram nessa cidade de culturas tão peculiares para transformar e ser transformado nesse *temporal-espacial* que não tem fim.

Gratidão *Asfidibaby* pelas *transviadagens*, noites de vinhos, risos e boemia: Maguin, Ingrid, Vevé, Mauvíciu, Favo, Tatá, Tesouro, Kelly, Tesouro, Barão, Albanos, Bell, Mendigato, Argentino, Bastião, Crizes, Serjão, Lukas, Mímicos, Dani, Keilão, Tadeu, Ocelma, Raquel e Thiago.

Gratidão a família pelo amor: Ivonete Almeida (mainha), Maurício Ferraz (painho), Jéssica Ferraz, Maria Irla Santana (Isla), Zaira Santana, Jane Mendes, Vô Eurípedes, Tia Dete, Naína Rocha, Ana Carol, Sandy, Madrinha e todos aqueles que diariamente os cito em minhas boas intenções e memória.

Em memória de meus velhos e queridos Vó Maria, Temístocles, Durvalina, João e Vó Zorilda. Em memória de meu grande pequeno irmão, Caio Leonardo Bernardes, e todos os amigos que partiram nesses últimos seis anos que morei no Estado do Piauí.

Em memória de todos os povos que morreram na luta por liberdade.

Gratidão a amada Maria, pela *moral da história* e pela cumplicidade no amor.

*Há uma teoria que diz que se um dia alguém descobrir exatamente qual é o propósito do Universo e por que ele está aqui, ele desaparecerá instantaneamente e será substituído por algo ainda mais bizarro e inexplicável. Há uma outra teoria que diz que isso já aconteceu.*  
Douglas Adams

## **RESUMO**

O tema presente proposto para este trabalho surgiu do interesse de estudar a subversão e a criminalização política no Piauí através da análise de processos crimes da década de 1960 a fim de entender as circunstâncias do golpe civil-militar no Estado. Para tanto, realizou-se um levantamento do nome dos sujeitos pertencentes aos movimentos sociais e ao território de mobilização através da análise dos processos crimes, instaurados entre 1964 e 1969, nas cidades de Teresina (PI) e Parnaíba (PI), e que foram essenciais na construção dessa narrativa. Os movimentos civis organizados nos fins da década de 1960, tinham nas relações de troca e negociações, práticas sociais inerentes ao período estudado. Compreender a construção das imagens dos indiciados pelos inquéritos enquanto subversivos e perceber onde estão presentes traços da consciência de classe nas entrelinhas das fontes.

**PALAVRAS-CHAVE:** História. Processos Crimes. Regime ditatorial. Piauí.

## **ABSTRACT**

This theme proposed for this work came from the interest to study the subversion and political criminalization in Piauí through the analysis of criminal cases in the 1960s in order to understand the circumstances of the civil - military coup in the state. Therefore, we carried out a survey of the name of belonging subject to the social movements and the territory of mobilization through the analysis of crimes proceedings initiated between 1964 and 1969 in the cities of Teresina (PI) and Parnaíba (PI), which were essential in the construction of this narrative. Aiming to understand the silencing of civil movements organized in the late 1960s and, from that end, understand various social issues related to the period studied, ranging from the construction of the identities of social subjects, formal knowledge and class of self-awareness.

**KEYWORD:** History. Crimes processes. Dictatorship. Piauí.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 POLÍCIA, POLÍTICA E SUBVERSÕES NAS PÁGINAS DOS INQUÉRITOS POLICIAIS MILITARES .....</b>	<b>17</b>
2.1 Processos crimes como fonte de pesquisa para o estudo dos movimentos sociais do Piauí: práticas sociais e experiências individuais dos sujeitos históricos indiciados.....	17
2.2 Movimentos sociais e práticas de resistência ao regime ditatorial no Brasil.....	24
<b>3 MOVIMENTOS SOCIAIS APÓS O GOLPE DE 1964: REPRESSÃO NO CAMPO E NA CIDADE .....</b>	<b>28</b>
3.1 “Caça aos subversivos” de Teresina e Parnaíba (PI): primeiros detidos e inquiridos nos inquéritos abertos em 1964.....	28
3.2 Frente de Mobilização Popular e outros movimentos sociais em Teresina.....	32
3.3 Movimentos civis organizados e repressão.....	34
<b>4 PRÁTICAS SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS/COLETIVAS DE RESISTÊNCIA CIVIL NO PIAUÍ (1964 – 1969).....</b>	<b>37</b>
4.1 “Vigiar e punir”: ação dos militares contra as mobilizações civis na cidade de Teresina .....	37
4.2 Manifestações políticas e sociais: Atuação dos militantes piauienses na cidade e no campo .....	43
4.3 A cidade silenciada: os “subversivos” na mira dos militares.....	48
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nunca pintei sonhos, só pintei a minha própria realidade. Para que preciso de pés quando tenho asas para voar? Pinto a mim mesmo porque sou sozinha e porque sou o assunto que conheço melhor (Frida Khalo)

Em meio as tensões políticas, sociais e econômicas dos últimos anos foram possível ouvir manifestações a favor e contra regimes militares e estados de exceção no Brasil. A favor de um regime militar no Brasil são manifestações ainda pouco ressoante, mas que já demonstra quanto da consciência política da sociedade atual oscila entre o radicalismo conservador e populismo democrático. Ao mesmo tempo em que os setores políticos e sociais buscam promover conquistas democráticas e equitativas para a sociedade, outros setores barram essas iniciativas nos meios legislativos como ondas conservadoras.

Os que mais sofrem cotidianamente violência do Estado, seja da polícia militarizada e/ou da corrupção política atrelada ao narcotráfico, são os mais pobres economicamente. A vulnerabilidade social dos mais pobres é histórica. Desde a chegada das naus portuguesas no território que vieram a chamar de Brasil, as violência nesta terra impera como nunca antes. Mesmo entre independências e república, constituições e políticos esmerados com a causa do povo. O que se vê no maior país sul-americano da contemporaneidade, são as raízes de um método violento e cruel de enriquecimento econômico e material de povos estrangeiros e nativos. São sujeitos violentados por um estado que gera a violência, que gera o lucro, que gere os estadistas, num círculo vicioso, quase sem fim.

Algumas referências posicionaram melhor a questão no sentido de entender o golpe de 1964 e suas relações com a violência policial dos tempos atuais como uma herança. Uma das referências que melhor posicionou esse contato foi a obra *1964 perante 2014: algumas considerações precárias sobre os direitos humanos no Brasil*, de Francisco Carlos Teixeira (ano, p.). Enquanto isso a parcela da sociedade que se coloca a favor de iniciativas para conscientização da população para o desarmamento da polícia militar são quase extintas pelo discurso de ódio de setores legislativos, como é o caso da “bancada da bala”. Os pedido para cessar o genocídio esterilizante que mata as populações economicamente pobres do Brasil se tornou uma demanda urgente e a principal motivação na construção desse trabalho.

No desenvolvimento da pesquisa que possibilitou a escrita dessa monografia, os temas “crime político” e “atividades subversivas” propostos na dissertação de Júlia Camargos (2012, p. 11), foi uma importante referência à medida que fundamenta uma abordagem crítica do processo repressivo legal, dos quais seriam submetidos diversos setores sociais brasileiros. O

presente trabalho monográfico se fundamenta, primariamente, nos inquéritos policiais militares (IPMs) instaurados entre 1964 e 1969 no Piauí. Processos obtidos através da plataforma Brasil Nunca Mais Digital.

Uma síntese importante sobre o papel do IPM (Inquérito Policial Militar) na criminalização política de militantes contra o regime militar após o golpe, pode ser melhor compreendida na obra *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, da historiadora Maria Helena Moreira Alves (1989). Em sua descrição sobre as bases de instauração do regime militar no Brasil após 1964, Helena Alves (1989, p. 56), demonstra que:

A promulgação do Ato Institucional Nº 1 efetivamente lançou, assim, as primeiras bases legais para a ampliação da Doutrina de Segurança Nacional. Sua importância como instrumento jurídico para a institucionalização do novo Estado foi sublinhar por Carlos Medeiros, que o redigiu, ao declarar que “sem ele o movimentos civil e militar de março se confundiria com um golpe de Estado ou uma revolta destinada apenas a substituir ou afastar pessoas dos postos de comando e influência no governo”.

Nessa conjuntura, Maria Helena Alves (1989), explica ainda que a forma mais eficaz que os militares encontraram de vigiar e punir os supostos subversivos da “Segurança Nacional”, foi através do IPM (Inquérito Policial Militar). Nesse sentido, compreender os processos crimes instaurados na década de 1960, é ter como fonte, os processos que serviram para criminalização da sociedade civil organizada contra a ditadura militar. Maria Helena Alves (1989), aprofundando sobre a função do inquérito policial, explica que:

Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder *de facto* para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. Configuravam o primeiro núcleo de um Aparato Repressivo em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais de linha-dura dentro do Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1989, p. 57).

O Projeto Brasil Nunca Mais, foi uma iniciativa pioneira no Brasil que contou com ampla colaboração de membros da sociedade civil organizada, religiosos e advogados, para reproduzir clandestinamente e microfilmar mais de setecentos IPMs (Inquéritos Policial-Militar) instaurados entre os anos de 1964 e 1979, para mantê-los em segurança e fora do alcance dos militares no Brasil. Tais inquéritos policiais digitalizados, contemplam quase todas as vinte e duas unidades federativas. A iniciativa no sentido de divulgarem os registros oficiais do período repressivo e possibilitar que as memórias e história de centenas de brasileiros não fosse destruídas com o processo de redemocratização, foi a motivação motora da reprodução dos inquéritos.

A “criminalização política”, de acordo com Camargos (2012, p. 11), foi uma

importante chave para entender a marginalização social dos militantes de esquerda e as proporções do golpe militar de 1964 no Brasil. A propaganda anticomunista deturpou o inimigo taxando-o com a propaganda pejorativa. Dando ênfase a aspectos mitológicos sobre os militantes ou simpatizantes de ideias marxistas, leninistas, trotskista, criaram-se o espaço do pânico do medo e a suspeição. Não foi uma luta de desiguais. O que não deixa de caracterizar como sendo os mais conservadores os que detinham as forças políticas, militares, econômicas e culturais. E a lógica para os que possuem os meios de força e produção, numa síntese marxista, é a de que conservando sempre haverá. Entre as principais referências que discutem a história do anticomunismo no Brasil, exploramos a tese *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*, do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2000).

Os militares a partir do golpe de 1964, institucionalizaram a “suspeição política”, decretaram atos institucionais. Instauraram a criminalização oficial das esquerdas e de parcelas politizadas da sociedade. Motivaram as práticas de vigilância, detenção. Abriam processos pela alegada “suspeição de crime político”. Na prática, os supostos crimes contra a segurança nacional poderiam ser investigado pelo exército, força nacional e demais forças militares dos estados e da União. A historiadora Maria Helena Alves (1989), demonstra que aspectos da legislação sobre Segurança Nacional, foram modificadas com a constituição de 1967, que passaria a investigar crimes a partir da teoria da segurança interna, afinal, havia agora um inimigo interno. Maria Helena Alves, demonstra em seu debate sobre as estratégias legislativas dos militares, que:

Na Constituição de 1946, o conceito de Segurança Nacional era associado ao de *agressão externa* – defesa contra forças externas e defesa das fronteiras territoriais. A nova Constituição [1967] mudava esta definição para adaptar-se à Doutrina de Segurança Interna, com sua teoria da guerra psicológica e do “inimigo interno”. A ameaça a segurança nacional era assim definida como uma ameaça antes a *fronteiras ideológicas* do que a *fronteiras territoriais* (ALVES, 1989, p. 108).

As formas em que se instituíram as atuações policiais, sociais e como os conflitos de interesses políticos e ideológicos se transpareceram nos processos crimes instaurados no Estado do Piauí, foram as fontes desta narrativa. Ainda que suas raízes estivessem na luta e resistência de atores sociais desde antes do golpe de 1964 no Brasil, como nos mostrou os jornais clandestinos, cartas, depoimentos presentes nos inquéritos. Foi só após 1964, com o Golpe Militar que se concretizou os aparatos oficiais para a criminalização de focos de organização popular, especialmente de cunho sindical, associativista e colaborativo.

Tendo acesso a toda produção de processos de crime político do Piauí entre 1964 e 1969, foi possível explorar as narrativas presentes nos autos de interrogatório, termos de indiciados, autos de perguntas, relatórios, cartas, entre outros trechos dos documentos oficiais contidos nos processos. Ainda foi possível abordar referências como *História da Tortura* (PETERS, 1985), *Para uma crítica da violência* (BENJAMIN, 2011), *Força de lei* (DERRIDA, 2010), bebendo nessas referências para se ter uma apreensão dos mecanismos de repressão e discussões sobre a violência para além do Brasil. E nos foi indispensável o contato com dissertações e teses de História de âmbito nacional e regional. Da análise dos processos instaurados no Estado do Piauí entre 1964 e 1969, foi possível tramitar entre os vários procedimentos da atuação dos militares e militantes, como identificar os sujeitos, perfil socioeconômico, e como estes foram representados nas páginas dos processos crimes.

São muitas as contradições quando se trata da análise dos inquiridos, e pior ainda são as descrições infinitas reproduzidas e mal discutidas. Por isso, não podemos dissociar essas análises das leituras que proponham um trabalho com fontes escritas e fontes oficiais. Na dimensão de nossa pesquisa, a discussão em torno do *Inquisidor como antropólogo*, de Ginzburg (1989), é interessante para situar a fase de leitura dos IPM's e pensar cada oficial, soldado, escrivão, juiz, especialmente os encarregados pelos inquiridos enquanto sujeitos históricos e de memória. Na maioria dos processos crimes, a produção escrita é o que define a construção desse documento. E no interior dele estão presentes desde assinaturas a registros escritos oficiais, portanto, as possibilidades de se interpretar situações entre esses atores são incomensuráveis as histórias de seus atores pode ainda ser reescrita através desses inquiridos (BARROS, 2009, p. 194).

Através das experiências iniciais com o Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais Digital (BNM) disponibilizadas pelo Ministério Público Federal em 2013, pode-se perceber a abrangência do processo crime enquanto fonte para a história do Brasil durante o regime militar. O Projeto BNM, como percebeu Ramsés Sousa (2015, p. 120) foi reflexo do processo de Anistia de 1979, quando advogados e religiosos reproduziram clandestinamente entre 1979 e 1985, mais de 700 processos que estavam em guarda do Supremo Tribunal Militar (STM), lançando em 1985 a obra *Brasil Nunca Mais: um relato para a história*, com repercussão internacional e acirramento das pressões para que o Brasil tomasse rumos democratizantes.

Sem dúvida que não daria tempo de trabalhar minuciosamente todos os atores contidos nos processos crimes neste momento, mas arrola-se como próximo projeto. A pesquisa buscou desvendar e trazer entre os aspectos mais tocantes no processo, a perseguição aos movimentos

sindicais urbanos e rurais, e os movimentos estudantis que são precisamente os alvos centrais desde a instauração dos primeiros processos em 1964, nas cidades de Teresina e Parnaíba. Nessas circunstância é possível aprofundar através desse tema, especificamente sobre os alvos da repressão militar brasileira, a partir do artigo *A ditadura na universidades: repressão, modernização e acomodação*, de Rodrigo Patto Sá Motta (2014).

Através da primeira análise dos inquéritos, especificamente daqueles abertos em 1968 e 1969, foram obtidos dados entre os documentos que fundamentaram a vigilância, investigação e detenção de vários estudantes secundaristas e universitários da Faculdade de Direito e Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), desde 1967. Enquanto na segunda parte das análises, concentra-se nos inquéritos instaurados em 1964, especificamente para investigar supostos movimentos de esquerda que atuavam em Teresina e no interior, especialmente na cidade de Parnaíba. No primeiro contato com os processos, já foi possível compreender inúmeras práticas sindicais dos camponeses, estudantes, militantes, políticos, entre uma infinidade de nomes de atores que surgiram durante a pesquisa.

A partir da leitura das fontes primárias, isto é, dos processos crimes abertos entre os anos de 1964 a 1969, iniciamos a pesquisa concentrada nos autos de perguntas e depoimentos. Bases das narrativas dos sujeitos da pesquisa, observa-se nos autos que no maior dos crimes, os indiciados haviam promovido reuniões de caráter político, com a iniciativa auto-organizativa de fundar sindicatos rurais nas diversas comunidades. Na prática essas iniciativas de auto-organização incentivadas pelo governador Chagas Rodrigues, foram alcunhadas como Ligas Camponesas. Nesse contexto, apesar de não se chamarem oficialmente ligas camponesas, o termo foi amplamente difundido sobre o projeto de organização no campo no início da década de 1960, especialmente pelo alinhamento ideológico com as Ligas Camponesas e o deputado Francisco Julião.

Logo após a disseminação das ideias de auto-organização dos lavradores, a Igreja aparentemente para evitar conflitos que haviam se agravado entre fazendeiros e os líderes das supostas ligas camponesas, sugeriram a criação do primeiro Sindicato de Trabalhadores no Campo, situação esta demonstrada ainda por Ramsés de Sousa (2015, p. 58). No contexto nacional, esses sindicatos e ligas eram uma das principais provas da existência do comunismo e da resistência à ditadura. No Piauí, não sendo um caso restrito a esse espaço, a “propaganda anticomunista” foi um dos principais intensificadores das propagandas em torno de subversivos, afirma Marylu Alves de Oliveira (2008).

No sétimo capítulo do livro *Formas de resistência camponesa*, o autor Esteves (2009, p. 164) estuda as formas de resistência camponesa no Goiás no contexto de redemocratização dos anos 1950. O capítulo intitulado “Formoso e Trombas: luta pela terra e resistência camponesa em Goiás – 1950-1964”, Esteves (2009) demonstra as formas de manutenção do latifúndio e a sua própria constituição através da burocracia estatal e problematiza a relação política e agrária sentidas, especialmente, pelos que resistiram a “ameaça de expulsão” de terras pelos “grileiros” e grandes proprietários rurais.

Em sua obra autobiográfica, o político e sociólogo piauiense Antônio José Medeiros (2014, p. 270-272) apresenta o contexto do regime militar em Teresina, como descreve as suas memórias de estudante da Faculdade de Filosofia do Piauí (FAFI), em 1968 e 1969. O autor aponta que foram muitos os estudantes envolvidos na militância estudantil em Teresina. Muitos desses estudantes tiveram um contato com a ação popular e com os movimentos estudantis (universitários e secundaristas) organizados através de Benoni Alencar e Odilon Pinto. Outros estudantes tiveram papel importante na produção de textos sobre as questões políticas e ideológicas para conscientização dos estudantes teresinenses, entre eles estavam: Samuel Farias, Geraldo Borges, João Vasconcelos, Marcos Igreja e José Medeiros.

Antônio José Medeiros (2014, p. 270-272) apresenta no seu livro de memórias algumas informações preliminares sobre o assunto no qual nos concentraremos, que seriam os quatro inquéritos policiais militares. Não obstante, Camargos (2012) esclarece que os inquéritos policiais militares eram abertos para a investigação de “atividades subversivas e crimes políticos” que, na prática, seriam algumas das estratégias políticas, ou seja, tentáculos do governo militar para o controle da oposição, da opinião pública e censura a toda forma de oposição ao regime militar.

Dividimos esse trabalho em três capítulos. O capítulo inicial trata dos conflitos presente nos processos que foram instaurados no sentido de investigar as organizações civis, a Frente de Mobilização Popular, as Associações de Trabalhadores Rurais, especificamente no ano de 1964 e 1965. Foram utilizadas algumas das referências estudadas nas disciplinas de História do Brasil e do Piauí para identificar o perfil dos indiciados nos processos crimes e discutir qual o lugar que cada um desses sujeitos ocupou nessas circunstâncias históricas, políticas e sociais da década de 1960.

No segundo capítulo faz-se uma análise dos processos que investigaram a militância política existente no interior e na capital do Piauí, a fim de identificar quais eram esses

supostos movimentos acusados de subversão e o lugar social dos atores envolvidos na militância contra o regime militar. Para entender quais os materiais que incriminavam esses sujeitos denominados de subversivos, no auge do golpe, entre 1964 e 1969, traremos luz a algumas reflexões sobre a questão do material subversivo. Nesses inquéritos, buscamos apreender de que forma alguns dos indivíduos foram documentados no decorrer dos processos e de que forma as associações se envolveram com movimentos de esquerda, buscando identificar os problemas locais do Estado do Piauí. Nesse sentido a obra do Ramsés de Moraes Sousa (2015), permite-nos compreender com profundidade as relações entre os movimentos sindicais e as manifestações políticas de esquerda.

O terceiro e último capítulo trata dos sujeitos sociais que aparecem nos processos instaurados, entre 1968 e 1969, e que foram investigados por se manifestarem publicamente contra o regime militar, a censura, a reforma universitária, ao acordo MEC/USAID, entre outras manifestações percebidas ainda no ano de 1967 até fins de 1969. Nota-se que nesse período foi intensa a circulação de ideias políticas e de materiais produzidos nos meios estudantis e sindicais. Contudo, muitos foram marginalizados pela criminalização dos movimentos sociais que confrontou e produziu propagandas contra o regime, uma vez que esses núcleos de aspirações de esquerda, entre elas a Ação Popular e a Frente de Mobilização Popular, continuaram produzindo panfletos, organizando eventos e divulgando textos, reivindicando a autonomia das universidades, dos sindicatos de classe, sobretudo pelo seu direito de participação e orientação política.

A partir do entendimento de como se deu a atuação dos movimentos sociais e estudantis que foram criminalizados pela repressão militar, pretende-se, entender como se deram as formas de resistência e repressão, respectivamente, por parte dos militantes e militares, e os motivos que levaram os primeiros a se afastarem dos meios estudantis organizados no Piauí, fugindo inclusive para outros Estados brasileiros.

Nesta perspectiva, foi possível apreendermos algumas das realidades nacionais no contexto do regime militar brasileiro, especialmente como se instaurou os mecanismos de repressão no interior do Piauí por meio das perseguições de lideranças rurais e, posteriormente, das lideranças urbanas, dos organismos de mobilização e reivindicação, especialmente partidos e movimentos de militância política da capital e cidades importantes do interior do Estado.

## 2 POLÍCIA, POLÍTICA E SUBVERSÕES NAS PÁGINAS DOS INQUÉRITOS POLICIAIS MILITARES

[...] Da liberdade que Dom Quixote deu a muitos desgraçados que eram levados contra a vontade aonde não queriam ir (Miguel de Cervante).

### 2.1 Processos crimes como fonte de pesquisa para o estudo dos movimentos sociais do Piauí: práticas sociais e experiências individuais dos sujeitos históricos indiciados

[...] o determinismo não somente põe em risco a liberdade humana, como ainda torna impossível qualquer confronto com a realidade (Patrick Drouot)

Os piauienses que tiveram envolvimento, direto ou indireto, com os movimentos estudantis, sindicais e sociais dos anos 1960 a 1980, são considerados como os principais sujeitos históricos desse trabalho. De acordo com os dados contidos nas fontes de pesquisa, pode-se afirmar que eles faziam parte de variados estratos sociais, políticos e econômicos e tiveram uma participação efetiva para a construção de um estado democrático de direito que veio a se consolidar na década de 1980, isto é, mais de duas décadas após o golpe de 1964. Esses sujeitos, conscientes de suas identidades, transitavam em diferentes espaços defendendo ideologias e práticas de resistência ao regime militar instalado no Brasil desde 1964.

Em sua obra *O campo da história: especialidades e abordagens*, José D'Assunção Barros (2009) afirma que o “objeto de estudo do microhistoriador” pode ser desde uma “prática social”, a “trajetória de determinados atores sociais”, ou ainda, “um núcleo de representações”, ainda que as fontes para esse objeto fossem documentos oficiais, essa é uma abordagem de aplicabilidades possíveis. Como observou Barros (2009, p. 153), o objeto do historiador:

[...] pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo, um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar.

Observa-se os perfis dos atores sociais que constam nos processos abertos entre 1964 e 1969 no Piauí. São diversos os estratos sociais e agremiações. Havia os que se denominavam “esquerda independente”, “esquerda católica”, autodenominação presente nos autos de perguntas sobre as correntes na Frente de Mobilização Popular de Teresina no processo 19/66 (BNM 185). Aparecem muitos membros de associações sindicais, alguns com e outros sem nenhuma filiação partidária. Os estudos pautados pelo paradigma da História Social pode ajudar o pesquisador a “enxergar de perto o cotidiano” e as “trajetórias

individuais” a partir dos perfis dos sujeitos sociais envolvidos. Como afirma Barros (2009, p. 120):

[...] a História Social pode ser elaborada tanto do ponto de vista de uma Macro-História, que examina de um lugar mais distanciado aspectos como os movimentos sociais ou como a estratificação social de uma determinada realidade humana, como pode ser elaborada do ponto de vista de uma Micro-História, que se aproxima para enxergar de perto o cotidiano, as trajetórias individuais, as práticas que só são percebidas quando é examinado um determinado tipo de documentação em detalhe.

Para entender as trajetórias coletivas e individuais, e as práticas sociais dos sujeitos que foram investigados durante o regime militar, considera-se importante entender os movimentos sociais que se desenvolveram desde o início da década de 1960 no Piauí. A proposta de caracterizar as práticas repressivas adotadas contra os movimentos sociais populares, que foram amplamente registradas nos processos crimes instaurados, é uma tentativa de tornar pública e divulgar as práticas violentas e coercitivas nos cinco primeiros anos do regime militar brasileiro na década de 1960. Isto sem desconsiderar versões sobre o regime militar brasileiro na década de 1960, que demonstram claramente o aspecto violento e contrarrevolucionário que foi o golpe civil-militar acompanhado de uma ditadura militar. Carlos Fico (2004), em artigo intitulado *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, descreve o quão repressivo foi o golpe e suas sequências de atrocidades antidemocráticas e visivelmente impactadas pelo descontentamento social. Na versão de Carlos Fico, observa-se um dos aspectos impetrados para deslocar a compreensão de que houve uma linha moderada após o golpe, o mesmo explica que:

[...] durante o seu governo Castelo não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições “revolucionárias”; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assumiu a Lei de Segurança Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva. Além de tudo foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe [...] (FICO, 2004, p. 33)

Segundo Carvalho (2009, p. 62), os IPMs (Inquéritos Policiais Militares) possuem grande parte das informações sobre a criminalização de determinados piauienses considerados subversivos. O historiador Ramsés Sousa (2015, p. 25), discute as “experiências dos camponeses”, sua “capacidade de negociação e resistência”, e para chegar inclusive a defender aspectos relevantes no que entende-se sobre a “constituição das Ligas Camponesas no Piauí”. Pelo conceito de experiência, entende-se através da dissertação de Ramsés Sousa, que:

[...] Como um termo de mediação ou “conceito de junção” como adverte o próprio autor, a experiência articula pressões materiais e a consciência dos sujeitos. A experiência é assim construída na própria vivência de homens e mulheres que sofrem a pressão das relações materiais ao mesmo tempo em que as reinventam em suas consciências, atribuindo significados particulares as suas vidas e ao mundo que os cerca (SOUSA, 2015, p. 39-40).

Carlo Ginzburg (1989, p. 105), no texto intitulado *O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações*, considera relevante a análise dos inquéritos policiais e destaca a importância do olhar antropológico e inquiridor que o historiador precisa ter no tratamento das fontes de pesquisa. Dando ênfase ao “paradigma indiciário”, Ginzburg (1989) apresenta questões implícitas do processo de análise dos inquéritos policiais chamando a atenção dos pesquisadores para interpretar os detalhes, aquilo que a oficialidade não consegue esconder do olhar antropológico, e especificamente os sujeitos envolvidos nessas evidências.

O historiador José D'Assunção Barros (2009, p. 193-194), em sua pesquisa *O campo da história*, aponta que:

As pesquisas em Micro-História têm levado precisamente à percepção das estratégias que os indivíduos desenvolvem nos sistemas que os comprimem, à compreensão das suas negociações, da sua inventividade realizada através da vida cotidiana e das práticas sociais.

Concentrado na perspectiva micro-histórica proposta por Barros (2009, p. 194), pode-se perceber minuciosidades importantes para entender o processo de criminalização política que se instaurou no Piauí após o golpe militar de 1964. Entre os “materiais subversivos” anexados no processo crime dos anos de 1964 a 1969, pode-se perceber desde livros de teoria marxista, assim como obras de Ciência Política, até fichas de leituras, jornais clandestinos. Todo esse material que na prática, seriam provas de crime contra a segurança nacional. O que nem sempre foi deferidos pelos auditores militares.

O olhar indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989), propõe uma alternativa antropológica de tratar a fonte, e foi uma das principais referências para amenizar as dificuldades em interpretar as informações contidas no processo e que passariam despercebidas se não fosse o olhar antropológico empreendido nas análises. Atentar para os detalhes, para o não-dito, foi o desafio proposto pelo Ginzburg ao historiador no momento de tratamento das fontes de pesquisa. Isso se torna fundamental porque a análise não se concentra no “estudo de um espaço físico reduzido”. As informações existentes nos processos são claras quando se referem ao nome dos sujeitos, seus respectivos percursos e das instituições das quais esses sujeitos faziam parte. Esses sujeitos eram de várias cidades do Piauí, tais como: Campo Maior, União, Picos, Floriano, Oeiras, entre outras cidades, ainda

que os processos analisados tivessem sido instados nas cidades de Parnaíba e de Teresina, entre 1964 e 1969.

Compreende-se que a instauração dos processos centralizada em Teresina (PI) e Parnaíba (PI), deram-se por esses dois centros terem mais indícios de movimentos sindicais e estudantis, maior densidade, não só populacional, mas de advogados, militantes independentes, militares simpatizantes ou de orientação política de esquerda. Sujeitos que foram vítimas da repressão velada e que atuavam ativamente nas frentes de lutas cotidianas e, por isso, sofreram as consequências da criminalização política impostas pelas legislações e decretos apoiados nos Atos Institucionais. De acordo com Carvalho (2009):

[...] sindicatos rurais organizados e assessorados pela Igreja não tinham uma orientação do partido comunista, mas certamente se articulavam com as ligas camponesas por terem objetivos comuns em relação aos projetos sociais que desejavam conquistar para os trabalhadores (CARVALHO, 2009, p. 77).

Tanto na dissertação de Maria do Amparo Carvalho (2009), quanto na de Ramsés Sousa (2015), encontra-se referências a organização camponesa no Piauí, antes e depois do golpe civil-militar. Para uma reflexão sobre referências que consideram o “golpe civil-militar” para a institucionalização de uma “ditadura militar”, foi essencial o debate proposto na obra de Carlos Fico (2014, p. 52). O período de maior penetração de ideias trabalhistas e cooperativista, se deram no governo do petebista Chagas Rodrigues, entre 1959 e 1962, como nos aponta a dissertação de Ramsés de Sousa (2015, p. 32). Com a negativa dos grandes latifundiários piauienses a reforma agrária, sucedem-se intensas disputas que foram percebidas por Ramsés de Sousa (2015, p. 30), inicialmente com o *Jornal do Piauí* e o *Jornal Folha da Manhã* na defesa dos grandes latifundiários. E aparece também a narrativa do *Jornal O Dia*, com um discurso jornalístico menos imparcial. Na discussão sobre a matéria *Oligarquia*, de Desiderio Quaresma (*Jornal O Dia*), Ramsés de Sousa (2015, p. 74) considera que:

A intervenção de Desiderio Quaresma não parece descabida. A historiadora Rosângela Assunção argumentou que a formação dos partidos políticos no Piauí após 1945 (PSD, PTB e UDN) ocorreu menos por questões ideológicas do que por ocasião dos conflitos políticos entre as poderosas famílias do Estado [...]

A análise dos documentos inclusos nos processos instaurados entre 1964 e 1969 no Piauí, foi essencial para a construção de uma determinada narrativa. Na análise, empreende-se um acervo de fontes indispensáveis para problematizações e capturas sobre a repressão do regime militar entre os anos de 1964 e 1969. Os processos crimes, ou inquérito policial

militar. Ainda pode-se perceber as conjunturas e circunstâncias históricas em que sujeitos civis se organizaram e se relacionaram numa rede de contatos.

Considerando todos os aspectos espaciais subjetivos, assim como demonstra Ramsés Sousa (2015), em sua dissertação, quando discute a importância dos trabalhadores rurais, como atores de uma construção de vivências, e baseada nas relações comunitárias, de colaboração e troca. Nessa troca que se constrói as experiências desses trabalhadores. Em *A formação da classe operária inglesa*, o historiador britânico Edward Thompson, descreve aspectos sobre o conceito de classe, explica que:

[...] Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, essa é a sua única definição (THOMPSON, 2011, p. 09).

Um exemplo das redes de relação entre militantes e simpatizantes, ainda que muitos não assumissem, pode ser percebido a partir da instauração do processo 43/69 (BNM Nº 705) pelo delegado encarregado Astrogildo de Castro Sampaio da “Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em Teresina”. O que motivou o pedido de “instauração de inquérito policial para apurar as atividades dos indiciados referenciados”, que neste caso eram Osvaldo Rocha e Benoni Alencar Pereira, teria sido uma lista com o nome de pelo menos sessenta supostos simpatizantes que colaborariam com os movimentos sociais de Teresina. No decorrer dos autos, ficou claro que essas pessoas mesmo não assumindo perante o delegado Astrogildo Sampaio na Delegacia de Ordem Política e Social quando chamadas a depor, muitos eram simpatizantes das ações dos movimentos estudantis contra o regime militar.

A análise dos processos crimes abre um leque de possibilidade de pesquisas, afinal, os documentos se constituem num emaranhado de conteúdos e problemas possíveis de serem abordados. A violência individual, sofrida pelos sujeitos repreendidos pelo regime militar não poderia passar incólume ao analisar os processos crimes e salientar os conteúdos sensíveis testemunhados no decorrer de suas páginas. Na análise de Barros (2009, p. 162):

Além da violência individual que aparece através do crime, existe ainda a violência coletiva, onde a massa anônima deixa suas marcas e conquistas também a sua voz através de explosões de revolta que podem ficar registradas nas notícias de jornais, ou então nas descrições dos cronistas para os períodos mais antigos.

Mesmo ciente de que a objetividade pretendida pelo historiador não é totalmente

alcançada, propôs-se uma análise das fontes sem a inserção de juízos de valores sobre a legitimidade ou veracidade do conteúdo dos inquéritos, uma vez que muito das informações lá registradas foram obtidas através de tortura e ameaças. Através da “micro-história”, na percepção de Ginzburg (2009, p. 194), entende-se que é possível experimentar “outras formas de construir o texto” sem, necessariamente, ter como objetivo explicar a verdade ou as experiências gerais. Em outras palavras, o que se objetiva nas análises das fontes não é a quantificação dos dados, mas a observação das narrativas, das práticas e formas de atuação de resistências dos militares e militantes com aspirações de esquerda. O foco específico dentre os processos crimes, neste caso os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), abertos entre 1964 e 1969, com objetivo de investigar supostos crimes contra a segurança nacional.

Priorizar nos processo crimes suas intencionalidades e através da sequência de documentos e descrições, discutir tanto a natureza dos acontecimentos quanto os aspectos dessa trama que são relevantes para elucidar os movimentos civis de resistência política à ditadura militar. Uma percepção sobre a pesquisa histórica, no questionamento do historiador Aarão Reis, descreve:

Mas o que fazer se o morto se levanta, e parece vivo, e foge ao controle, oferecendo cintilações imprevistas? E não é mais possível reconhecê-lo, como se não tivesse mais um rosto, mas uma sucessão de máscaras, alternadas, alternativas. Como um quebra-cabeça, cada peça nova acrescentada modifica a percepção do conjunto [...] (1997, p. 32)

Na medida em que as formas rígidas e burocráticas de registro, controle e vigilância das ações dos estudantes, militantes e movimentos civis, faziam parte de procedimentos e métodos eficientes de coleta e análise de dados. Esses métodos serviram ainda para registrar os esforços dos militares nessa guerra de forças desiguais em outros estados brasileiros, como Priore (2012, p. 210), na obra *História do Paraná: séculos XIX e XX*, demonstra.

Entre as pesquisas em torno das práticas anticomunistas no Piauí, questão importante para desvendar as disputas político social no cenário teresinense, estão as produções da historiadora piauiense Marylu Alves de Oliveira (2014, p. 02). Entre as produções, o artigo *Esteja preso, comunista!*, explorando as possibilidades do fazer historiográfico, no qual a historiadora explora desde a memória e sua narrativa, até aspectos da cidade presente nos discursos da mídia impressa Para explicar as características da mídia impressa na cidade de Teresina, Ramsés Sousa (2015) demonstra nas diversas narrativas os ataques as associações rurais no sentido de alarmar os ânimos da população e justificar as violências contra os trabalhadores rurais residentes nas fazendas ao entorno de Teresina, que na prática pertenciam

aos grupos políticos, seja da situação ou da oposição. Em uma narrativa que faz uma crítica aos discursos presente nos jornais teresinenses, Ramsés Sousa (2015) apresenta o caso da reportagem “Liga Camponesas em Teresina”, do *Jornal do Piauí* “do dia 22 de março de 1962”:

A referida reportagem, assim como outras que se seguiam a ela, apresentou um tom dramático e alarmante, articulando essencialmente duas ideias: a relação entre as Ligas Camponesas e o comunismo, bem como suas relações com o governo estadual (SOUSA, 2015, p. 32).

Ainda referente as informações materializada nos processos crimes instaurados no Piauí, essencialmente nos relatório, ofícios, cartas, registros, termos e autos de perguntas são riquíssimas os indícios de disputas políticas que remontavam décadas, e nunca tinha sido tão decisiva quanto nos primeiros anos da década de 1960. Os processos instaurados entre 1964 e 1969, apresentam uma infinidade de narrativas, diversos indiciados, testemunhas e oficiais. A possibilidade de ampliar um debate que envolva polícia, movimentos civis e criminalização política dos últimos, nos seus diversos militantes, estudantes, funcionários públicos civis e militares, é fundamental no debate sobre quais seriam os perfis dos estudantes, sindicalistas, advogados e policiais.

A censura, a vigilância e as violências são algumas das estratégias militares registradas nas páginas dos processos crimes instaurados entre 1964 e 1969, como aponta os relatórios do Projeto Brasil Nunca Mais (ARNS, 1985). Na segunda metade da década de 1960, no Estado do Piauí, tramitaram quatro processos crimes. As narrativas presentes nos processos crimes estão cheias de informações que vão desde os dados gerais, encontrados nos termos de perguntas, relatórios e anexos, até informações vindas do Sistema Nacional de Informações (SNI) e Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). O primeiro processo instaurado em Teresina, de 1964, é composto por dezenas de dossiês em mais de mil páginas de anexos tratando sobre as ações dos indiciados, os movimentos do qual eles fazem ou fizeram parte, cartas trocadas entre líderes sindicais do Piauí e de outros estados, entre outras informações (BNM N° 185, 1964).

Por meio das auditorias militares, e outros mecanismos oficiais de vigilância, se construiu um imenso banco de dados sobre IPMs, dos quais foram possível recuperar todos os processos crimes, para posteriores microfilmagens e cópias, entre 1979 e 1985, através do projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Como afirma a historiadora Taiara Alves (2009, p. 18), em sua dissertação de mestrado *Dos quartéis aos tribunais*, o Projeto Brasil Nunca Mais foi realizado as escuras. E seus resultados só foram lançados a luz para a sociedade brasileira e

comunidade internacional, durante o processo de redemocratização brasileira em meados da década de 1980. A repercussão trouxe pressões internacionais em virtude das denúncias públicas contra os torturadores, ampliando as forças dos movimentos sociais e dando fôlego à sociedade para a convocação da Assembleia Constituinte 1987-1988.

## **2.2 Movimentos sociais e práticas de resistência ao regime ditatorial no Brasil**

A maior parte da população brasileira, até a década de 1980, viveu majoritariamente no âmbito rural. E se não fosse pelo fenômeno de êxodo rural, o campo teria crescido proporcionalmente ao meio urbano. As faltas de condições nos meios rurais fizeram as pessoas migrarem para as cidades, e quando isso aconteceu em massa, percebe-se a formação das periferias e favelas que se constituem hoje imensa população nas capitais e cidades brasileiras de médio e grande porte.

Na década de 1970, um quarto da população piauiense vivia na área urbana. Logo, os verdadeiros problemas sociais estavam no campo. A principal demanda das populações rurais do Piauí, durante a década de 1950 e 1960, tornou-se a reforma agrária. Não só a reforma agrária, mas uma série de medidas que visassem proteger o trabalhador e garantir que os grileiros e grandes latifundiários não expulsassem famílias que já trabalhavam naquelas fazendas.

Outro dado dramático da sociedade piauiense na década de 1970, é o índice de pobreza que no Piauí, abrangia mais de noventa por cento da população. Logo, se mais de noventa por cento da população era pobre e três quarto da população vivia no campo, nesse caso o âmbito rural, tendia a ter fatores agravantes para o estopim de ebulições pública. Quando os trabalhadores rurais começam se organizar no sentido de garantirem demandas políticas, são presos, acusados de comunistas e vigiados. A instrução inclusive do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teresina, coordenado pela Igreja Católica, era de não deixar que os supostos membros das Ligas Camponesas, se filiassem ao Sindicato. Um caso analisado pelo historiador Ramsés Sousa (2015), descreve uma situação:

[...] em quatro de abril ocorreu o lançamento do “Edital de convocação para reunião de fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teresina, e para aprovar o pedido de investidura sindical”. No documento todos os trabalhadores rurais de Teresina eram convocados para comparecer ao Centro Cultural Católico no dia 29 de abril de 1962, para a criação do referido sindicato. Naquele dia, foi criado o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teresina, José Esperidião Fernandes compareceu no

local de fundação da entidade, contudo, foi impedido de se filiar ao sindicato (SOUSA, 2015, p. 60).

Ramsés Sousa (2015), explica que para o objetivo de “contrapor-se às Ligas Camponesas e ao comunismo” no Piauí, a Arquidiocese não poderiam aceitar a filiação de um dos líderes dessas entidades (SOUSA, 2015, p. 60). A atuação repressiva dos militares no Brasil, após o golpe civil-militar de 1964, foi materializada de diversas formas. Uma delas foi estabelecida através da repressão aos movimentos de conscientização e reivindicação. Das populações rurais e urbanas que vinha ampliando seus espaços de atuação desde o período democrático pós-Segunda Guerra, isto é, de 1946 a 1964. Sobre o legado da repressão militar no Brasil, Oswaldo Coggiola (2001, p. 09), quando trata das consequências das investidas repressivas dos militares no processo de institucionalização do regime, afirma que:

As consequências são sentidas até hoje, não se tratando de algo superado. A principal delas foi a eliminação, pela repressão, de boa parte ou, em alguns países, da maioria das lideranças políticas de esquerda – ou simplesmente progressista, sindicais, estudantes e intelectuais.

No Piauí, os movimentos sociais, rurais e urbanos, surgem a partir da organização de grupos sociais com demandas de reivindicações de classe que visavam desde a formação e conscientização social, quanto a demandas por reformas estruturais. As lideranças dos movimentos sociais, tiveram um perfil variado. Houveram inicialmente as organizações rurais pela sindicalização rural, que no início da década de 1960 no Piauí, foram vinculadas a grupos políticos de esquerda. Entre os movimentos rurais e urbanos houveram a troca de experiências entre intelectuais, estudantes, sindicalistas, religiosos. Dentre os movimentos de reivindicação de classe, no Piauí, que vinculavam a militância no campo e na cidade, estava a organização Ação Popular (AP), a Frente de Mobilização Popular (FMP), os sindicatos rurais, associações de bairros e o Movimento de Educação de Bases (MEB), considerado o principal espaço de formação e conscientização social. A obra *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, da historiadora Maria Helena, aprofunda o debate sobre a estrutura dos movimentos de organização social, esclarecendo o papel da FMP, e do MEB no contexto nacional, abrindo espaço inclusive para entender os fatores que incentivaram a associação dos movimentos no Piauí, vinculados aos interesses desses mesmos movimentos em âmbito nacional.

Em seus espaços de atuação e de formação legal, os movimentos de reivindicações de classe foram extremamente atacados, direto e indiretamente, através dos Atos Institucionais. Dentre as normas previstas pelos Atos Institucionais estava prevista a realização auditorias militares para crimes políticos, procedimentos que vão desde a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM), até o julgamento de processos políticos pela justiça militar. Sobre a

repressão de civis, em Teresina, durante o “regime militar”, Maria do Amparo Alves de Carvalho (2006, p. 118), em sua dissertação de mestrado intitulada *História e repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina*, afirma:

Nota-se que aquelas pessoas que de alguma maneira contrariaram as determinações dos militares, sofreram algum tipo de punição, que na grande maioria das vezes se constituiu na negação ou na falta de acesso aos direitos sociais e políticos garantidos aos cidadãos (CARVALHO, 2006, p. 118).

Marionilde Magalhães (1997, p. 01), em *A lógica de suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil*, apresenta aspectos importantes da política brasileira no século XX para se entender as fases do militarismo dentro da política nacional. No estudo de Magalhães (1997) são apresentadas discussões sobre a “eficiência do processo repressivo” em seu papel preventivo ainda na década de 1960. Através das informações coletadas e reunidas pelos informantes durante os primeiros anos de ditadura, tornou-se possível entender antecipadamente “as tendências” de “cada microconjuntura dos movimentos de oposição”. Nessa perspectiva, Magalhães (1997, p. 1) afirma que:

Além de aumentar a eficiência do processo repressivo, os informes obtidos podiam também assumir um papel preventivo, uma vez que instruíam os poderes sobre as tendências, em cada microconjuntura, dos movimentos de oposição.

Segundo Boris Fausto (1995, p. 480), houve um momento em que a repressão militar brasileira assumiria “uma posição mais profissional”. Essa fase da repressão militar teria ocorrido após as experiências dos quatro primeiros anos de ditadura, marcado especialmente após instituído o Ato Institucional número 5. No caso do Piauí, temos que entender que não necessariamente houve um momento mais brando no período ditatorial brasileiro. Nos cinco primeiros anos de ditadura brasileira na década de 1960, que houveram os indiciamentos e julgamentos dos processos abertos para investigação dos supostos crimes contra a segurança nacional e a subversão no Piauí. O que percebe-se, é que no caso do Piauí, distante de um consenso, houve uma concentração de forças entre os militares para cercear ideias de esquerda no início do regime militar, e se estendeu até 1969, sendo que depois desse marco, não houveram mais processos abertos no Piauí para investigação de crimes políticos.

Uma pesquisa importante para o recorte temporal desse trabalho e como referências para estudos sobre política e práticas anticomunista no Piauí, foi a dissertação da historiadora Marylu Alves de Oliveira (2008), intitulada *A cruzada anti-vermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no*

Piauí da década de 1960. Oliveira (2008, p. 56), identifica que:

Após o golpe civil-militar de 1964, e depois de uma perseguição aos comunistas brasileiros, em nome de ideais democratizantes e cristãos, a significação do comunismo vai ser permeada por duas ações, primeiramente pelas organizações de esquerda, com a ação da luta armada e, em segundo, pela resistência e denúncias contra o regime militar organizado por parcela da Igreja Católica.

Oliveira (2014, p. 03), em recente artigo intitulado *Esteja preso, comunista!* Breves considerações sobre práticas anticomunistas no pós-golpe civil militar de 1964 no Piauí, apresenta aspectos sobre o ano de 1968, em Teresina. Os últimos anos da década de 1960 teriam sido importantes para os debates nos cenários urbanos. A Faculdade Católica de Filosofia de Teresina (FAFI), a Praça Pedro II e o Diocesano, entre outros espaços espalhados pela capital piauiense, serviram como espaços e meios de articulação e produção de ideias. Segundo Oliveira (2014), entre as práticas de resistência ideológicas mais comuns entre os estudantes perseguidos pelo regime militar em Teresina entre nos anos de 1968 e 1969, estavam: a produção e distribuição de panfletos e de jornais clandestinos, a pichação de espaços públicos, debates abertos, entre outras práticas.

### **3 MOVIMENTOS SOCIAIS APÓS O GOLPE DE 1964: REPRESSÃO NO CAMPO E NA CIDADE**

E o homem se lembrou dos outros caminhos. Eram difíceis, mas a água cantava em todas as fontes. Eram íngremes, mas as flores embalsamavam o ar puro. Os pés sangravam na pedra, mas a árvore amiga velava o sono. Lá havia tempestade e havia bonança. Havia sombra e havia luz. O homem olhou por um momento a estrada clara e deserta. Olhou longamente para dentro de si. E voltou (Vinícius de Moraes).

#### **3.1 “Caça aos subversivos” de Teresina e Parnaíba (PI): primeiros detidos e inquiridos nos inquéritos abertos em 1964**

Passado o primeiro ano do golpe de 1964, desencadeou-se no Brasil uma “caça as bruxas”. Sobre o assunto, Marylu Oliveira (2008) elucida que especificamente na cidade de Teresina:

Foi o Capitão do Exército Astrogildo Sampaio, segundo a memória de alguns entrevistados, quem assumiu a “caça às bruxas” aos comunistas piauienses. Teria sido ele um dos maiores responsáveis pelo clima de “marcathismo” no Estado, perseguindo várias personalidades, em sua grande maioria religiosos, depois de 1965 (OLIVEIRA, 2008, p. 150).

Os primeiros inquéritos instaurados pelo Exército no Piauí aconteceram nos municípios de Teresina e Parnaíba, tendo início nas primeiras semanas de abril de 1964. As buscas empreendidas para se localizar os suspeitos de subversão na capital e no interior foram intensas, de maneira que vários sindicalistas, estudantes, religiosos, líderes de associações e de uniões de representação de classe foram indiciados. Foram inúmeros os civis convocados a depor por suspeita de subversão à ordem política e social, e um único militar.

Em Parnaíba, ainda em abril de 1964, os primeiros indiciados também estavam relacionados ao sindicalismo urbano e rural. Diversos líderes sindicais, advogados que prestavam assessoria aos movimentos sindicais foram denunciados pelo Ministério Público por tentarem criar uma “ditadura síndico-comunista”. No relatório inicial do processo aberto em 1964 em Parnaíba, foram citadas diversas entidades de reivindicações de classe, tais como: a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Federação dos Trabalhadores na Indústria do Piauí (FTIPI), Federação dos Trabalhadores Fluviais (FTFP), União dos Ferroviários (UF), Sindicato dos Marítimos (SM), Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Parnaíba (STCMP). Todas essas entidades são citadas no processo crime aberto em Parnaíba no ano de 1964, em documentos que vão sendo arquivados entre os anos de 1964 e 1965 (BNM Nº 349, p. 08-09).

A participação de José Pereira, conhecido como “Zé Ceará”, se dava em torno dos

movimentos de esquerda de várias cidades do Piauí e Nordeste, tendo sido citado também nos processos abertos, em 1964, nas cidades de Teresina e Parnaíba (PI) (BNM N° 349: p. 50). No processo instaurado em Parnaíba, em 1964, como se constatou, quase todos os indiciados entraram com pedido de *habeas corpus*, e cumpriram parte do processo em liberdade. Sobre o processo de indiciamento até o pedido de *habeas corpus*, a historiadora Maria Helena Alves, demonstra as características do procedimento antes do AI5, e após o decreto do ato institucional como as brechas para se livrar dos militares foram se esvaziando (BNM N° 349, p. 926).

Em Teresina, os primeiros dias do golpe de 1964 iniciaram-se com a “caça aos subversivos”, fossem militares taxados de militantes, funcionários públicos, advogados, estudantes da Faculdade de Direito de Teresina. Pessoas de diferentes estratos sociais foram envolvidas nos indiciamentos, tendo sido detidos e/ou convocados a responderem termo de perguntas nas repartições militares no ano de 1964 (BNM N° 185, p. 08-125).

Os primeiros “termos de pergunta ao indiciado” foram produzidos em Teresina, em 1964, no “Quartel Vigésimo Quinto de Caçadores”, em inquérito policial militar (IPM), tendo como escrivão, o 2º sargento José Ribamar de Sousa Paulo e como encarregado estava o major Idalécio Nogueira Diógenes (BNM N° 185, p. 08-11). O indiciado Alexandre Tomaz da Silva, militar, foi o primeiro a responder o termo de perguntas. As perguntas feitas a Alexandre da Silva giravam em torno de seus “interesses políticos” e “ideologias subversivas”. Observam-se no fragmento citado abaixo do termo de indiciamento do militar Alexandre da Silva que as perguntas giravam em torno das ideologias e interesses políticos, naquela época, comuns a um tipo específico de subversivo. O encarregado pelo IPM, major Idalécio Nogueira inicia as perguntas:

[...] Tomou parte no movimento Nacionalista surgido após o golpe de 1955? Respondeu que apenas acompanhou através da imprensa. PERGUNTADO – Se é filiado a algum movimento ou partido político? Respondeu que não é filiado a nenhum partido (BNM N° 185, p. 08).

Nota-se no termo de perguntas que o perfil subversivo traçado pelos militares, em 1964, estava relacionado ao “movimento nacionalista” que, em tese, foram contrários a tentativa de golpe naquele ano e defendia o direito constitucional do presidente da República, Juscelino Kubitschek. Podemos nos perguntar qual seria a importância do “movimento Nacionalista” de novembro de 1955, para traçar o perfil de Alexandre da Silva. Entende-se que os militares de 1964, temendo um contragolpe comandado por João Goulart e militantes civis, tiveram intenção de identificar e neutralizar os indivíduos que fosse simpático às

aspirações dos nacionalistas de 1955.

O movimento nacionalista citado no decorrer do processo de 1964 é tratado mais profundamente no artigo *Militares de esquerda e o regime militar: “Marechal da legalidade” na defesa da democracia*, onde Guilherme Carloni (2014, p. 157) aponta as aspirações do contragolpe, demonstrando que o movimento de novembro de 1955 daria sentido ao processo democrático brasileiro, interrompido em 1964. Os militares que deflagraram o golpe de 1964 consideravam importante saber quais seriam os simpatizantes ou aspirantes do contragolpe de 1955, liderado pelo general Henrique Teixeira Lott. Nos “termos de perguntas”, é constante aparecer uma indagação imposta pelos militares sobre a ligação dos sindicalistas, estudantes, militares e líderes dos movimentos civis organizados, e progressistas de modo geral, com as aspirações ora nacionalistas, ora comunistas, ligando-os diretamente a sujeitos de âmbito nacional, como Leonel Brizola, ou como já citamos o general Henrique Teixeira Lott.

A fiscalização do Movimento de Educação de Base, segundo Oliveira (2014, p. 16), representaria outra fase de ações retaliativas da repressão militar em Teresina, após 1964. A repressão militar, atuou inclusive cortando verbas do MEB em suas frentes de conscientização e educação popular no meio rural coordenadas, sobretudo, pela Arquidiocese de Teresina, como demonstra Carvalho (2006, p. 89).

O Movimento de Educação de Base (MEB), como explica Carvalho (2006, p. 89) surge, direto ou indiretamente, pelas demandas do Concílio Vaticano II, que perdurou de 1961, ano de sua convocação, até 1965, e suscitou várias ações emergenciais da Igreja com o objetivo de dirimir as necessidades das populações marginalizadas social e economicamente, no Brasil e em outros países americanos. No Brasil, as ações centrais foram especialmente no Nordeste, no sentido de fomentar uma independência das populações rurais frente aos empecilhos do latifúndio e transformaram-se em uma ação coletiva de sindicatos, padres, educadores, parcela da sociedade civil engajada em movimentos sociais.

Em torno da criminalização aleatória dos movimentos sociais no Piauí, Oliveira (2008, p. 67) percebe que:

[...] várias ações católicas foram associadas ao comunismo, e tiveram a sua significação com tal. No Piauí, os casos mais celebrados foram o do Padre Carvalho, visto por muitos como comunista, por sua atuação em favor dos operários e camponeses, e o do MEB (Movimento de Educação de Base), movimento que se propunha a ajudar na alfabetização de moradores do campo, promovido pela Igreja Católica no Piauí, teve vários de seus membros detidos, acusados de propagarem ideais comunistas.

Nas declarações do advogado Emílio de Oliveira, detido e indiciado na capital piauiense nas primeiras semanas após o golpe de 1964, ele demonstra ter uma consciência de classe, apresentando, inclusive, as condições em que se deram a “formação no Piauí, do primeiro Curso Interno de Preparação de Líderes”, uma vez que atuou na formação de líderes para os sindicatos de lavradores. O Curso Interno de Preparação de Líderes recebia o nome de pessoas que eram ativas no meio social e religioso e alguns deles deveriam ser indicados para cumprir sérias responsabilidades na conscientização e formação de outros líderes no meio sindical, como afirma Emílio Burlamaque em seu depoimento prestado em 1964 (BNM Digital, pasta BIB07 bnm\_185, p. 82).

No trabalho de Marylu de Oliveira (2008, p. 92), pudemos perceber a influência da Igreja na colaboração com os movimentos populares rurais, onde afirma que:

Para ajudar nos esclarecimentos sobre como agiam os sindicatos rurais, apoiados pela Igreja Católica no Piauí, bem como o seu distanciamento de qualquer movimento de cunho comunista, Dom Avelar Brandão Vilela apoiou a criação de um programa de rádio na emissora católica de Teresina, *rádio Pioneira*. “Desperta Camponês” era apresentado por Manoel Emílio Burlamaqui. O programa foi classificado por muitos como instigador dos movimentos subversivos no campo e, principalmente, propagador do comunismo.

Outro sujeito importante entre os detidos e indiciados na primeira semana de abril de 1964, em Teresina, foi José Pereira de Sousa, como consta em suas declarações nos autos do inquérito que ele já havia sido preso por “crime de subversão” ainda durante a “Revolução de 1935”, por ter sido “considerado comunista”. Mais uma vez, José Pereira era indiciado pelo crime de subversão a ordem política e social, agora 1964.

Em seu depoimento, quando perguntado se ouvira falar de “militares e armas em torno dos movimentos sindicais”, José Pereira afirmou ter escutado boatos sobre o transporte de armas para o interior e que o sargento José Benoni de Miranda, militar que manteve apoio a João Goulart após o golpe, articulava a vinda para Teresina do capitão Elesbão, que se achava preso na cidade de Altos, visto que devido influência do deputado Deusdedith Mendes Ribeiro, sua soltura poderia ser facilitada (BNM N° 185, p. 68).

A partir das declarações de José Pereira, se identifica uma consciência de classe muito forte entre os civis organizados, sindicatos e associações. Entre os meios sindicais organizados se nutriu a ideia de que havia um caminho para o socialismo, e esse caminho seria “lutar pelo progresso, pela paz, pela democracia, pelo bem estar de todos”, lema repetido nas declarações de José Pereira. Consciente das consequências de suas respostas às perguntas

dos militares, José Pereira, apesar de idade avançada, acreditava, enquanto antigo sindicalista e militante do extinto Partido Comunista, que “num país assim de atraso, de subdesenvolvimento, não pode fazer revolução socialista” (BNM N° 185, p. 70).

### **3.2 Frente de Mobilização Popular e outros movimentos sociais em Teresina**

Para entendermos a organização dos movimentos sociais da década de 1960, em Teresina, deve-se notar a atuação de alguns grupos de maior e de menor abrangência na capital piauiense. A Frente de Mobilização Popular (FMP) foi um dos principais aglutinadores de correntes sindicalistas e militantes independentes. Houve um amplo trabalho na formação dos Núcleos dos Bairros de Teresina pela FMP, durante a década de 1960, sendo fundado um núcleo em pelo menos dois bairros marginais de Teresina. A partir de intenções difamatórias de propagandas anticomunistas, os Núcleos dos Bairros de Teresina foram denominados “grupo dos onze”, nome inspirado nos grupos homônimos alinhados a Leonel Brizola, até mesmo por haver uma Frente de Mobilização Popular a nível nacional, que também tinha aspirações brizolistas.

Mesmo antes do golpe civil-militar de 1964 no Brasil, os Núcleos dos Bairros de Teresina, filiados a FMP, foram pejorativamente denominados “Grupo dos Onze”, mesmo não tendo nenhuma relação com o movimento de âmbito nacional de mesmo nome. Ainda com relação aos Núcleos de Bairros, no depoimento de Celso Leitão, que um dos integrantes da diretoria da FMP, durante seu indiciamento no processo instaurado em 1964, em Teresina, afirma que a atuação dos Núcleos estavam mais próximas de ações isoladas em comunidades marginais da cidade do que propriamente militância política (BNM N° 185, p. 101).

A Frente de Mobilização Popular tinha suas bases nos sindicatos de bairros, onde também se formaram alguns dos Núcleos dos Bairros entre as populações marginais de Teresina. Como já descrevemos, pelo menos dois núcleos são citados no decorrer do depoimento de José Pereira de Sousa, presente no IPM aberto em 1964, em Teresina, a saber: Associação do Pirajá e Associação do Panrenquite (BNM N° 185, p. 68-69).

Houve muitos estudantes da Faculdade de Direito de Teresina que assessoraram juridicamente os Sindicatos de Lavradores e Associações Rurais de Teresina e de Parnaíba. O que demonstra também os aspectos relativos a negociação entre as partes interessadas. Fica claro, que o meio legal, isto é, através das brechas da legislação que os trabalhadores poderiam conquistar objetivos de classe. Isso fica claro quando, ainda em 1964, alguns desses

estudantes do curso de Direito foram acusados de militar na Frente de Mobilização Popular (FMP). Inclusive, em alguns termos de perguntas, é citado o nome do professor José Olímpio que também foi indiciado no decorrer do processo instaurado em 1964, em Teresina (BNM Nº 185, p. 101).

Francisco Celso Leitão, em declarações prestadas no dia 24 de abril de 1964, no inquérito instaurado em Teresina, descreve aos militares como era sua participação na FMP (Frente de Mobilização Popular), e prestou declarações informando que a fundação da FMP se deu “por iniciativa dos estudantes piauienses” e que teria contato com o apoio da UNE (União Nacional de Estudantes) (BNM Nº 185, p. 101 – 125).

Quando indiciado no IPM instaurado em 1964, em Teresina, Francisco Celso Leitão, faz declarações apontando para as “correntes dentro da FMP” e no contexto dos questionamentos confessa que havia indivíduos tanto da Ação Popular quanto pessoas ligadas a uma ala que se denominava de “esquerda independente” e também uma corrente de religiosos (BNM Nº 185, p. 101). É interessante ressaltar que os movimentos de reivindicações de classe tinham em suas bases tanto militantes da esquerda quanto religiosos, bem como indivíduos que defendiam as duas ideologias, até mesmo militares.

Até abril de 1964, ou seja, antes do golpe civil-militar, os movimentos sociais organizados e uma parcela da sociedade civil aproveitou o período democrático para incentivar a criação de outras organizações entre os trabalhadores. No processo crime aberto em Teresina, em 1964, há um depoimento intrigante por conter dados que sinalizam a existência de uma forte consciência da classe trabalhadora e de seus meios de transformação socioeconômicas. Sobre esta questão, o depoimento de José Pereira de Sousa é elucidativo:

Citando uma das regiões do nosso Piauí, onde a miséria é mais pelo atraso e pobreza, e que é predominantemente em todos os setores econômicos e sociais do Estado. Num país assim de atraso, de subdesenvolvimento, não pode fazer revolução socialista e muito menos comunista. A revolução socialista só poderá ser feita onde já houve o próprio desenvolvimento capitalista [...] (BNM Digital, pasta BIB07 bnm\_185, 1964, p. 70).

Nesse primeiro momento das declarações do inquirido, nota-se a experiência de um sujeito que, aos sessenta e três anos de idade era detentor das memórias de um preso político, por ocasião de já ter sido preso em Teresina no ano de 1935 e cumprido quatro anos e quatro meses de prisão. Em 1964, ele era novamente acusado de “filiação ao partido comunista” em Teresina. No decorrer de suas falas, além de levantar como questão o problema do progresso atrelado à democracia, José Pereira demonstrava aos militares ter consciência de que para se

instaurar o socialismo no Brasil era preciso muito mais que manifestações, conscientização da classe trabalhadora e luta armada; era necessário o progresso socioeconômico da nação. Ainda neste jogo de negociações, implícitas nas posturas dos sujeitos, em suas declarações, José Pereira, ainda complementa:

[...] O Brasil ainda precisa se desenvolver na forma capitalista, isto no sentido progressista e democrático. Sei que estou sendo acusado de comunista, de querer subverter a ordem, como tal será dada a sentença a que for condenado. Mas nunca participei de levantes subversivos e nunca me conduzi a isso. O meu lema é lutar pelo progresso, pela paz, pela democracia, pelo bem estar de todos, enfim, por uma vida feliz e que todos vivam dignamente como ser humanos (BNM Digital, pasta BIB07 bnm\_185, 1964, p. 70).

José Pereira de Sousa, em suas declarações relatadas no IPM instaurado em Teresina, em 1964, afirma que o “Brasil está longe de comunismo”, demonstrando ainda, argumentativamente, uma forte consciência de classe quando expressa o que deseja enquanto ser humano, que seria “um governo que faça as reformas em cuja execução tome parte ativa o povo” (BNM N° 185, p. 68). Nesse sentido, falar de luta pelo “progresso”, pela “paz”, e pela “democracia”, são formas de afirmação muito presente na narrativa de José de Sousa, que criam as condições de negociação entre os atos repressivos e as atitudes de resistência.

### **3.3 Movimentos civis organizados e repressão**

Segundo Carvalho (2006, p. 93), uma das iniciativas que demonstram as ações dos trabalhadores rurais do Piauí no sentido de se organizarem aparece na realização do “Primeiro Congresso de Trabalhadores e Camponeses do Piauí”, em 1961, do qual saíram uma lista de reivindicações importantes, que iam desde a valorização e manutenção das condições dos trabalhadores rurais até a criação de uma legislação que impedisse a continuação dos latifúndios.

Outro importante documento para se entender a origem do “movimento da Igreja”, são as declarações de Emílio de Burlamaque, indiciado em 1964 em Teresina. Além de advogado, Emílio Burlamaque era funcionário público do Estado no momento do indiciamento e declara aos militares a intenção da Igreja de “orientar o homem do campo e [...] retirar dos comunistas a liderança do movimento camponês” (BNM N° 185, p. 81).

Emílio Burlamaque de Oliveira, em depoimento cedido recentemente numa entrevista para registro oral, relata suas experiências em Teresina após o golpe de 1964:

Eu tive preso por doze dias. O Presidente do Sindicato de Teresina foi preso e os presidentes dos sindicatos de Campo Maior, Regeneração, Miguel Alves, União. Em fim, praticamente de todos os municípios foram presos. Alguns demoraram vários dias presos, outros soltos à medida que eram ouvidos. Nós tivemos na época a sorte de que o Major designado para o IPM (Inquérito Policial Militar) foi de Fortaleza, era católico praticante e à medida que ele ouvia essas pessoas que eram presas no interior e remetidas para cá – ficando no 25o BC a maioria ou o total delas – ele liberava essas pessoas. Eu poderia dizer desse pessoal do sindicalismo rural, aqui no Piauí, não houve tortura física, houve uma espécie de tortura mental, pressões, xingamentos e de outras coisas, mas era suportada muita bem por todos nós porque na realidade o movimento era inspirado no cristianismo. (OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamaque. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, mar. 1998).

Segundo Carvalho (2009, p. 89), o golpe civil-militar representou um ponto negativo para os projetos do MEB que visavam uma tomada de consciência e autonomia das populações rurais. Para impedir a ação do MEB e de outros movimentos sociais, a polícia política atuou fiscalizando, vigiando, cassando direitos políticos, prendendo líderes de sindicatos e associações, e no mesmo sentido cerceando os espaços de denúncias, seja através de censura às “transmissões radiofônicas”, ou mesmo da mídia impressa, meio pelo qual os militares utilizaram para espalhar o pânico entre a sociedade teresinense.

Até 1967, os militares acreditavam que haviam estancado todas as possibilidades dos militantes de esquerda atuar na resistência civil organizada. Em relatório de 1967 anexado ao IPM instaurado em 1969, em Teresina, é possível observarmos alguns pontos relevantes para a compreensão das tensões presentes em torno das questões políticas, em Teresina, e dos estratos sociais que faziam parte os indiciados e que foram citados no Relatório do agente da Delegacia de Ordem Política e Social do Piauí (DOPS-PI), no qual descreve que:

Com o advento da Revolução de 31 de Março de 1964, foi instaurado inquérito policial militar, pela Guarnição Federal de Teresina, sob a presidência do Major Idalécio Diógenes Nogueira, com o objetivo de apurar as atividades subversivas, no Estado do Piauí, onde foram ouvidos os líderes agitadores estudantis, camponeses, sindicais, intelectuais e de “esquerda”, sendo que diversos deles foram presos durante vários dias, para averiguações, cujo IPM foi encaminhado pelas autoridades competentes, à 10ª Região Militar (BNM N° 705, p. 268).

Na sequência do Relatório presente no processo instaurado em Teresina, em 1969, e já citado, consta ainda um trecho que demonstra as estratégias de controle dos militares em relação à possível atuação dos subversivos no Piauí. Na citação transcrita abaixo se observa que os militares adotaram medidas preventivas para impedir que os sujeitos considerados “subversivos” colocassem em xeque a tranquilidade política do Piauí:

Após a conclusão do IPM acima citado, o Estado do Piauí atravessou um

clima de certa tranquilidade, com referência à agitação e subversão, durante um período aproximando de três anos, motivados pela ação preventiva exercida, em conjunto, pelos órgãos encarregados da segurança interna, em toda a área (BNM N° 705, p. 264)

O DOPS-PI foi um dos órgãos que vigiou, capturou, indiciou diversos suspeitos nos dois últimos inquéritos abertos para investigar casos de subversão na capital piauiense nos anos de 1968 e 1969. Só um dos casos foi possível constatar relatos de violência física, nesse caso, contra o indiciado Oswaldo Rocha, natural de Ribeiro Gonçalves (PI). Vale salientar que, de acordo com dados contidos no seu interrogatório, em 1969, ele residia em Cristalândia, município do Goiás (BNM N° 705, p. 303).

Sobre o cenário político teresinense de 1967, os agentes da DOPS-PI, através do Relatório já citado e anexo ao IPM aberto em 1969, descrevem que na capital piauiense:

Em 1967, depois da promulgação da Constituição do Brasil, tiveram início os primeiros movimentos estudantis, através da agitação, nos meios secundaristas e universitários, principalmente na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, sob a chefia de vários líderes, culminando com a célebre passeata de dois de dezembro, com a finalidade de atacar as autoridades constituídas do País, o acordo MEC/USAID, e finalmente, fazer o enterro simbólico do Senador piauiense José Cândido Ferraz (BNM N° 705, p. 264).

O ano de 1967 foi marcado pelo aparecimento de focos de manifestações civis. Monitorados pelos militares de forma calculista e premeditada, tais manifestações foram registradas pelos agentes e informantes do DOPS-PI, de modo que identificava os agitadores, fotografava-os e produziam relatórios. Em 1968 e 1969, em Teresina, esses relatórios, como já citamos alguns, foram utilizados para compor os autos do inquérito instaurados naqueles anos “para apurar as atividades” dos suspeitos de subversão (BNM N° 705, p. 06).

No processo (BNM N° 340) instaurado em 1968, em Teresina, tem o entusiástico depoimento do Bispo de Crateús Antônio Fragoso. Quase totalmente gravado no auditório da Faculdade Católica de Filosofia, sendo posteriormente transcrito para ser anexado ao IPM. Ao longo do depoimento, Dom Fragoso falava abertamente de política, progresso e democracia. O depoimento de Dom Fragoso é uma fonte importante para se entender quais foram as práticas de resistência adaptadas pelos movimentos sindicais, estudantis e demais movimentos sociais de Teresina, em 1969, contra o regime militar.

## 4 PRÁTICAS SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS/COLETIVAS DE RESISTÊNCIA CIVIL NO PIAUÍ (1964 – 1969)

Há momentos na história, em que todas as vitórias parecem fugir da gente. Mas vence quem não desanima (Ademar Bogo).

### 4.1 “Vigiar e punir”: ação dos militares contra as mobilizações civis na cidade de Teresina

Entre 1964 e 1969, além da perseguição e vigilância dos sindicalistas, estudantes (secundaristas e universitários), advogados, professores e religiosos, pelos militares no Piauí, destacaram-se também a censura dos jornais locais, o emprego de práticas de manipulação da opinião pública e até algumas formas de violência física, como as apresentadas nas declarações de Osvaldo Rocha, no processo 43/69 (BNM N° 705, p. 399). Um evento que marca a instauração do pânico social no Estado foi a explosão criminosa na Faculdade Católica de Filosofia de Teresina (FAFI), como demonstra a pesquisadora Marylu de Oliveira (2009, p. 15) na sua dissertação de mestrado. Muitas das ações empregadas pelos militares, assim como as resistências e acordos, usados pelos indiciados como saída da repressão do regime ditatorial a nível local. Foi possível de ser constatado através dos depoimentos registrados no processo 43/69 (BNM N° 705, p. 401) instaurados em agosto de 1969, na cidades de Teresina.

Algumas das estratégias de manipulação utilizadas pelos militares podem ser decodificadas em vários trabalhos acadêmicos que analisam os jornais de Teresina que, direta ou indiretamente, adotaram linha editorial anticomunista. Um dessas pesquisas acadêmica, é a dissertação de mestrado de Ramsés Sousa (2015), no qual o autor analisa as narrativas criadas pelo *Jornal do Piauí*, para se entender a criminalização do sindicalismo rural no estado. Também na dissertação intitulada *A cruzada antivermelha*, da historiadora piauiense Marylu Oliveira (2008), no qual a pesquisadora analisa o jornal *O Dia*, e aponta a narrativa jornalística nele publicada sobre o anticomunismo no Piauí e as matérias que delatavam os comunistas do Piauí. A autora destaca que:

Dentre os nomes citados anteriormente, os que tiveram uma maior visibilidade nas páginas dos jornais locais foram os de: Honorato Gomes, José Pereira de Sousa – o “Ceará”, Deusdedit Mendez e Esperidião Fernandes. Dois motivos justificam que esses fossem citados nas páginas do jornal *O Dia*. Primeiramente, a insistência do Presidente da Academia Piauiense de Letras, Simplício de Sousa Mendes em relacionar o nome destes ao governador Chagas Rodrigues, principalmente, os nomes de Honorato, Ceará e Esperidião. O segundo motivo foi devido à descoberta de um comitê do Partido Comunista localizado na rua Santa Luzia, o qual

possuía duas finalidades, segundo os jornais da época: local de armazenamento de material de propagação de ideias comunistas e comitê da Frente de Mobilização Popular (OLIVEIRA, 2008, p. 140).

No depoimento proferido à comunidade acadêmica durante o encontro promovido pelo diretório acadêmico da FAFI, em 1968, o Bispo Antônio Fragoso frisou que estava ali para tratar do tema “do universitário no desenvolvimento do Nordeste, portanto, do Piauí”, e deixou claro:

[...] o convite amigo feito pela Faculdade de Filosofia do Piauí, pelo seu diretório, em nome de seus colegas e naturalmente com um acordo de sua diretoria [...] tema para esse depoimento de hoje, a presença ativa do universitário no desenvolvimento do Nordeste, e, portanto, do Piauí [...] (BNM N° 340, p. 1054).

O Bispo Antônio Fragoso, além de esclarecer pontos como a reação e a “presença do jovem na luta para enfrentar o subdesenvolvimento”, fez algumas reflexões sobre as estruturas agrárias do Piauí pensando nos poderes constituídos desde o século XVIII até a década de 1960. Sem pretensões científicas, o Bispo esclarecia:

[...] Eu não sou técnico em desenvolvimento, nem em política, nem em fenômenos sociais. Eu sou um homem de Igreja, que tento procurar, com muita hesitação, como iluminar um pouco fenômenos sociais e políticos de nossa época, com a luz da fé. E é a esse título que Eu vou dar o meu depoimento, também (BNM N° 340, p. 1054).

Ao longo do depoimento do Bispo Antônio Fragoso pode-se ler importantes reflexões sobre o que ele denomina de “colonização cultural” dos países “desenvolvidos” em relação a “América Latina” e chama a atenção para o desenvolvimento “tecnológico” que parece nunca chegar no Brasil. Para Antônio Fragoso, “essa dependência cultural em termos de Brasil, se chama colonialismo cultural” (BNM N° 340, p. 1054).

O MEB (Movimento de Educação de Base) em Teresina, vinha sofrendo pressões do regime militar ao mesmo tempo em que o governo fazia um convênio com os Estados Unidos para a alfabetização de jovens e adultos no Nordeste. Uma situação contraditória, na concepção de Antônio Fragoso. Esse assunto aparece no depoimento do bispo Fragoso com um forte tom de crítica, uma vez que o programa “Cartilha Cruzada ABC” recebia todo apoio governamental dos militares, contudo, para ele a cartilha não atendia aos anseios e preocupações das populações nordestinas naquele período, e sim dos interesses internacionais. Logo, o MEB que havia sido criado pelos populares para atender suas necessidades, estava sendo reprimido tendo seus materiais apreendidos (BNM N° 340, p. 1054).

Uma das observações mais interessantes feitas pelo Bispo Antônio Fragoso no seu

depoimento é quando se refere a “prospectiva” cogitada por um técnico americano para o Brasil no ano de 2001, quando aponta algumas questões econômicas da “América Latina” e dos “Estados Unidos”. Fragoso, esclarece sobre:

[...] o depoimento de um técnico de prospectiva científica dos Estados Unidos. Ele fez a prospectiva do ano de 2001. No ano de 2001, dentro de todos os dados atuais que nós temos, de enriquecimento dos países ricos e empobrecimento dos países pobres, no ano de 2001, enquanto os países da América Latina terão média de 300 a 600 dólares de renda por cabeça, os Estados Unidos estarão com 20000 a 30000 dólares por cabeça (BNM N° 340, p. 1054).

O mais interessante é que a “prospectiva” suscitada pelo Bispo Antônio Fragoso se concretizou. Ou seja, enquanto os Estados Unidos multiplicou várias vezes a sua renda per capita, a da América Latina se estabilizou, ou pior, diminuiu e continua diminuindo pelas experiências dos últimos quinze anos. Como percebeu o bispo Antônio Fragoso de Crateús, ainda em 1968, o “enriquecimento dos países ricos e empobrecimento dos países pobres” seria um dos maiores problemas enfrentados pelas nações subdesenvolvidas, tal como o Brasil daquele período (BNM N° 340, p. 1054)

Em 1968 e 1969, houveram dois processos crimes instaurados para investigação de supostos crimes relacionados à agitação, panfletagem, pichação e reuniões de militantes na cidade de Teresina, todas de iniciativas estudantis. Ambos IPMs foram desconsiderados pelos auditores da 10ª Região Militar, por falta de provas contra os indiciados. O que não impediu que os indiciados fossem enquadrados no AI5 (Ato Institucional nº 5), que previa a extinção de *habeas corpus* para indiciados por crime político, e “instituiu, de forma clara e objetiva, a tortura e a violência física”, como ocorreu em todo território nacional. Além dos períodos incomunicáveis quais relataram alguns indiciados terem sofrido no interior do DOPS-PI (Delegacia de Ordem Política e Social no Piauí). Ainda que houvesse depoimentos incriminatórios e penas diferenciadas para os indiciados, o foco maior dos agentes da DOPS-PI, era vigiar e desestabilizar os movimentos estudantis organizados no Piauí, como pode-se perceber no trecho abaixo extraído do Relatório anexo ao IPM instaurado em 1969, no qual expressa que:

No ano de 1968, pequenos movimentos estudantis ainda se registraram e foi na Faculdade Católica de Filosofia que se realizou, no dia 10 de agosto, a grande concentração de estudantes de todos os níveis, com o objetivo de comemorar o Dia do Estudante, onde se fizeram ouvir vários oradores, oportunidade em que foi distribuído aos presentes o manifesto “PORQUE O ESTUDANTE ESTÁ LUTANDO”, com ataques às autoridades do País, concluindo com o trecho “o povo armado e organizado derruba a ditadura” (BNM N° 705, p. 264).

Compostos por figuras conhecidas no meio estudantil, os militantes da Ação Popular de Teresina, apesar de impetuosamente vigiados durante o ano de 1967, não deixaram de atuar mesmo depois de serem indiciados nos dois processos instaurados em 1968 e 1969. Além dos indiciados Benoni Alencar Pereira, Geraldo Almeida Borges e Odilon Pinto, diversas testemunhas foram convocadas para prestar depoimentos, pelo fato de terem se reunido na palestra proferida pelo Bispo Antônio Fragoso.

Geraldo Borges, por exemplo, aparece na consecução do processo crime 04/69 (BNM N° 340) de 1968, como um dos articuladores e mentor do panfleto “Porque os estudantes estão lutando” que foi considerado um material subversivo. As suspeitas em torno da ação de Geraldo Borges, vista como subversiva à ordem do regime ditatorial, fundamentaria a instauração do IPM de 1968, e ainda o indiciamento de Benoni Pereira e Odilon Pinto, em Teresina (BNM N° 340, p. 20).

Em 1969, Benoni Alencar seria mais uma vez alvo de indiciamento. Contudo, como os militares não conseguiram reunir provas contra os responsáveis pela pichação de março de 1969, o processo foi arquivado, permanecendo somente a vigilância através das auditorias militares. Mantendo a vigilância em Teresina, principalmente, em relação aos suspeitos, em setembro de 1969, os militares surpreenderam Oswaldo Rocha em atitudes suspeitas, e no dia seguinte, prenderam Benoni Alencar. Quando indiciado, Oswaldo Rocha utilizava o nome falso de César Ferreira Moraes. Na sequência, após a “instauração de inquérito para apurar as atividades dos indiciados”, duas semanas após a prisão de Benoni Alencar e Oswaldo Rocha, outro grupo de militantes foi detido em flagrante numa suposta reunião subversiva na coroa do Rio Parnaíba. Entre os militantes presos em flagrante, estavam os estudantes Samuel Farias, Geraldo Borges, Manoel Ventura, João Vasconcelos e José Medeiros, todos presos em setembro de 1969, na coroa do rio Parnaíba, no Bar Carcará (BNM N° 705, p. 06).

O capitão Astrogildo Sampaio foi o delegado encarregado dos inquéritos policiais que investigaram os estudantes suspeitos de subversão em Teresina, em 1968 e 1969. Sobre a suspeição por trás do anticomunismo, Marylu Alves de Oliveira (2008) elucida ainda que:

[...] foram várias as definições atribuídas ao comunismo. Permanências e rupturas seria a melhor maneira de entender a constituição dessas definições. Percebemos que, para (re)significar o comunismo, os anticomunistas apontavam para elementos fixos, pois estes seriam marcas dessas representações, estabelecendo um ponto de apoio para que o leitor das representações anticomunistas percebesse a coerência na construção do sentido atribuído ao comunismo ao longo da década de 1960 (OLIVEIRA, 2008, p. 45).

Entre os movimentos sociais alvo da perseguição encabeçada pelo capitão Astrogildo Sampaio, estava a Ação Popular (AP), que tinham vínculos estreitos com militantes de outras regiões da mesma organização, como aponta Oliveira (2014, p. 17). O último processo instaurado para investigar crimes de subversão no Piauí foi instaurado em 1969. Esse documento está acessível ao público através da plataforma Brasil Nunca Mais Digital (BNM Nº 705, p. 01).

A “instauração de inquérito policial” de 1969, em Teresina, como consta em ofício (BNM Nº 705, p. 06), foi motivada pelo capitão delegado da DOPS-PI, Astrogildo de Castro Sampaio, após a localização de uma suposta lista de simpatizantes do movimento estudantil na capital piauiense. A lista teria sido ditada por Benoni e manuscrita por Osvaldo Rocha. Osvaldo Rocha esteve em Teresina para reunir donativos para presos políticos e seus familiares. Benoni, que já conhecia Osvaldo desde 1967, mesmo não declarando qual era o teor ou ainda qual sua intencionalidade, entregou aos militares do DOPS-PI uma lista contendo mais de quarenta nomes de supostos simpatizantes e os possíveis colaboradores dos movimentos sociais de Teresina (PI). Resultado: os militares indiciaram todas as pessoas cujo nome estava naquela lista em fins de 1969. A grande maioria dessas pessoas alegou que não tinham autorizado a inserção dos seus nomes para qualquer lista, bem como negaram qualquer simpatia com militantes da AP (Ação Popular). Outros, por sua vez, acusaram Benoni Alencar de ser um aproveitador de jovens influenciáveis.

Oswaldo Rocha, natural da cidade de Ribeiro Gonçalves (PI), formou-se cirurgião dentista pela Universidade Federal do Goiás, e tinha experiência na formação de líderes para atuação em sindicatos. Foi acusado pelos órgãos da segurança nacional de ministrar cursos de guerrilha para lavradores em Itauçu (GO), em 1967. Osvaldo Rocha esteve foragido entre 1967 e 1969 e, nesse período, utilizou o nome falso de César Ferreira Moraes, inclusive portando uma certidão de nascimento falsa que fora apreendida pelo DOPS-PI, quando foi indiciado em flagrante por suspeitas de colaborar com o movimento estudantil de Teresina, como identificamos nos autos de perguntas que consta no inquérito instaurado em Teresina no ano de 1969 (BNM Nº 705, p. 16).

Aparecem nas declarações de Osvaldo Rocha as experiências de um jovem com curso superior e pós-graduação, mas que “não teve qualquer atuação em Teresina, pois a razão de sua presença aqui era uma tentativa de localizar os parentes” (BNM Nº 705, p. 14). Nas primeiras declarações de Osvaldo Rocha, não constaram informações de que ele mantinha relação com a Organização Ação Popular de vários estados brasileiros. No entanto, vale

ressaltar que Oswaldo Rocha foi inquirido sob sessão de tortura, como descrito em seu “Auto de interrogatório”, onde:

[...] foi vítima de sevícias por parte da DOPS do Piauí, assim como por parte do Secretário de Segurança daquele Estado [Sebastião Leal]; que dita pretensão, notadamente do Secretário acima apontado era no sentido de que o Interrogando apontasse nomes ou fatos comprometedores, a respeito dos quais não tinha o mínimo conhecimento; que recebeu violência física por parte do Capitão Astrogildo, e do sargento Galvão, com a existência de outros policiais cujos nomes não se recorda nesta oportunidade; que tais violências se expressaram através de bolos, palmatórias e socos, tudo isso porque negava-se o Interrogando a atender os interesses da autoridade encarregada do Inquérito; que por último quer esclarecer que foi preso no dia 17 de setembro enquanto os demais co-réus o foram no dia 30 do mesmo mês, em face de que não estava o interrogando presente à reunião ocorrida no Bar Carcará e aludida pela vestibular de fls. 2 (BNM Nº 705, p. 403).

Os militares da DOPS-PI confiantes de que o indiciado Oswaldo Rocha teria informações importantes sobre a Ação Popular e dos militantes de Teresina, além de ter o violentado, omitiram informações sobre essa questão nos julgamentos realizados em Fortaleza, em meados de 1970. E como esclarece em seu depoimento, teria sido preso no dia 17 de setembro, e não como consta em denúncias apresentadas, na qual teria sido preso no bar Carcará, duas semanas depois.

Oswaldo Rocha é compelido a apresentar informações das quais o indiciado não tinham conhecimento, ou mesmo não estava presente. O mesmo ocorreu com Benoni Alencar, como pode ser observado em seu “auto de interrogatório” em destaque logo a seguir:

[...] inicialmente, o delegado daquela Especializada, valendo-se de ameaças, dizia ao interrogando da necessidade de inculpar Oswaldo Rocha, em face do que o interrogando “poderia sair-se bem do inquérito”; que durante as declarações prestadas pelo interrogando na Secretaria de Segurança, ainda sob o clima de ameaças, que se alternavam com insinuações, promessas de liberdade e ameaças de violência físicas propriamente ditas, transcorreu o depoimento do Interrogando; que quer deixar ainda consignado haver passado cerca de dois meses incomunicável, no Quartel da Polícia Militar; que durante os nove meses que está preso na PM quer esclarecer que o regime é carcerário propriamente dito, permanecendo o interrogando e mais os co-réus em um cubículo no fundo do quartel (BNM Nº 705, p. 402)

Benoni Alencar esclarece ainda, em outros momentos de seu interrogatório, sobre a perseguição que sofreu em virtude das matérias que escreveu denunciando as irregularidades da administração do Governo do Estado quando trabalhava no jornal *O Estado do Piauí*:

[...] atribui como razão determinante ter sido seu nome envolvido no processo em questão, o fato de haver trabalhado junto ao jornal “O Estado do Piauí”, de Teresina e por ter através de artigos apontado irregularidade da Administração Estadual [...] que em face de certa militância jornalística, e denúncia oferecida em tal mister contra a administração Estadual, viu

convergir para si o ódio de certos políticos locais; que especificamente ao Capitão Astrogildo (BNM Nº 705, p. 403).

Nesses termos, percebe-se um conjunto de práticas sociais e experiências individuais/coletivas durante o período do regime civil-militar brasileiro no Piauí que não tem como se explicar por si a partir do processo crime, mas já é possível apreender diversas dessas tramas de interesses que passam despercebidos nos trabalhos consultados sobre esse tema até agora.

É possível, a partir daqui, termos uma clareza dos sujeitos sociais a que propomos analisar nesta monografia e como eles foram surgindo no decorrer do processo através de suas práticas de resistência e consciência de classe. A união dos trabalhadores e estudantes do Piauí através dos meios associativos e sindicais, além de demonstrar aspectos políticos que transcendem a burocracia oficial, denota uma consciência de classe que se apresenta constante nas reivindicações comuns aos setores que se tratava de reformas, seja para uma educação libertadora, exigência de condições sociais e econômicas para a sobrevivência digna das populações urbanas e rurais, entre diversas outras reivindicações que foram testemunhadas nas vozes desses atores e registradas nos termos e autos dos processos crime.

#### **4.2 Manifestações políticas e sociais: Atuação dos militantes piauienses na cidade e no campo**

Mas sei que uma dor assim pungente, não há de ser inutilmente. A esperança, dança na corda bamba de sombrinha, e em cada passo dessa linha, pode se machucar (João Bosco).

Os movimentos sociais que se desencadearam no processo democrático de 1946 a 1964 organizaram-se em torno de demandas urgentes para a manutenção das sociedades rurais no Piauí. De acordo com Marylu Alves de Oliveira (2008), após o golpe de 1964, no Piauí, havia:

[...] um clima de intranquilidade entre os cidadãos que militavam em movimentos sociais ou em siglas partidárias, uma vez que qualquer atitude diferente poderia ser considerada suspeita e classificada como comunista. Essa era uma prática que partia, principalmente do Exército, já que era exposto a população que os comunistas se encontravam em todos os lugares, cabendo aos cidadãos denunciá-los (OLIVEIRA, 2008, p. 149)

Segundo Carvalho (2006), o “Primeiro Congresso de Trabalhadores e de Camponeses

do Piauí”, em 1961, foi o espaço de apresentação das demandas dos trabalhadores rurais, seja pela defesa legal dos direitos aos minifúndios, seja pelas demandas da reforma agrária, da representação política, das garantias de direitos básicos, entre outras reivindicações que nos possibilita entender quais circunstâncias estavam dadas aos movimentos civis urbanos e rurais, do interior e da capital (CARVALHO, 2006, p. 93).

O estudo do “espaço”, nesse trabalho, não se restringe meramente à delimitação geográfica (BARROS, 2009, p. 153), visto que no decorrer da análise dos processos crimes, nos deparamos com um relatório no qual foi possível absorver e interpretar a atuação dos militantes para além das fronteiras geográficas do estado piauiense. O que significa dizer que o sítio Mateuzinho, localizado na cidade maranhense de Timon (MA), nos anos de 1968 e 1969, serviu como um desses espaços, base para que os militantes da Ação Popular (AP) em Teresina (PI), se encontrassem, produzissem seus escritos e duplicasse jornais clandestinos, tanto no formato de materiais de propaganda quanto na forma de panfletos. Tal estratégia era utilizada para que o material confeccionado pelos militantes fosse produzido longe da vigilância dos informantes e dos agentes da DOPS-PI, com sede na capital Teresina (BNM N° 705, p. 269).

Frente às demandas dos trabalhadores rurais no Piauí, houveram resistência do episcopado às ordens dos militares, na medida em que se recusava a obedecer às prerrogativas oficiais. Persistiam com as orientações e ações do Movimento de Educação de Base (MEB), da Faculdade Católica de Filosofia de Teresina (FAFI), houve ainda ações extraoficiais, como as práticas de resistência do diretor da FAFI, na figura do Padre Raimundo José Airesmorais Soares, na defesa de estudantes e do professor Diogo José Airesmorais indiciados no processo 43/69 (BNM N° 705, p. 210).

Do depoimento prestado pelo bispo de Crateús, Antônio Fragoso, de 1968, em evento realizado também na FAFI, como já foi citado a partir do processo 04/69 (BNM N° 340, p. 399). Observa-se em outros momentos a resistência do arcebispo de Teresina, Dom Avelar, que defendia os direitos das organizações sindicais de lutarem contra as injustiças impostas pelos grandes latifundiários e pela oficialidade e até impulsionou a criação do primeiro Sindicato de Trabalhadores Ruais de Teresina. São alguns exemplos de iniciativas do episcopado. Há outras reflexões, inclusive presente na historiografia piauiense, relacionando as ações e práticas das associações fundadas com apoio da Igreja em sintonia com os sindicatos de orientação política da esquerda, fundados com o apoio das Ligas Camponesas de outras regiões, como salienta Marylu Oliveira (2009, p. 20).

Mesmo antes do golpe civil-militar de 1964, a FAFI já era um espaço de debates e discussões em torno de temas sociais contemporâneos. Com as reformas educacionais da Faculdade de Filosofia em meados da década de sessenta do século XX, além dos bacharelados, a instituição passou a oferecer as licenciaturas, conseqüentemente, com cadeiras diferenciadas, implementando uma didática mais próxima de orientações filosóficas, sociológicas, inclusive das discussões em torno das ciências humanas. O que pode ter causado a disseminação de ideias de esquerda que influenciaram diretamente as bases do movimento estudantil e sindicalistas. Uma pesquisa histórica em torno das instituições de ensino piauiense entre os anos 1930 e 1970, presente na dissertação *Os alicerces da educação superior no Piauí*, apresentam algumas concepções ideológicas presente nas manifestações dos movimentos estudantis e sociais na cidade de Teresina (MELO, 2006, p 200). Lembrando ainda que o anticomunismo foi uma forte bandeira no Piauí, como demonstra a historiadora Marylu Oliveira (2009, p. 03) descrevendo que, mesmo antes do golpe, as elites políticas que detinham o controle da imprensa investiram na propaganda pejorativa e de uma forte circulação das ideias anticomunistas.

Houve em 1967, como tratamos anteriormente, entre os relatórios registradas pelos militares no processo 43/69, com o título “Relato de atuação do movimento estudantil” em “Teresina, 06 de dezembro de 1967”, manifestações de estudantes, da sociedade civil e de movimentos sociais organizados contrários ao acordo MEC-USAID e a legitimidade do senador José Cândido Ferraz, como consta no decorrer do processo crime aberto em 1969, em Teresina (BNM N° 705, p. 250). Segundo Melo (2006, p. 189) e Carvalho (2009, p. 62), no Piauí, as principais reivindicações durante a década de 1960 surgiram de membros da Igreja Católica, da FAFI, dos movimentos estudantis universitários e secundaristas e da atuação de bancários, incluindo ainda uma ampla parcela da sociedade oriunda de diversos estratos sociais, professores, padres, advogados, militares, militantes políticos, estudantes. Todos eles foram atores ativos nas mobilizações de 1967 que passaram quase despercebidos no decorrer do processo, bem como na bibliografia consultada. Há uma ressalva a dissertação do historiador Ramsés Sousa (2015), no qual sua pesquisa concentra-se no trabalhador rural, em suas formas de auto-organização, e iniciativa de conscientização pelos meios práticos.

A ação repressiva contra os movimentos sociais durante a ditadura militar no Piauí não foi um procedimento isolado, visto que os militares impediram burocraticamente diversos movimentos de sobreviverem. Entre esses movimentos está o MEB (Movimento de Educação e Base). Como Carvalho (2006, p. 89) descreve em sua dissertação, o MEB sofreu

diretamente com a censura e a apreensão de seus materiais didáticos pelo regime militar, entre outras ações de cunho repressivo contra as forças de organização civil coletiva. Em abril de 1968, no depoimento público promovido pelo diretório acadêmico, professores e direção da FAFI, o bispo Antônio Fragoso propôs uma firme reflexão sobre a atuação de um governo que extirpa as ações sociais coletivas. As ações do MEB eram reprimidas, enquanto o regime militar impôs a “Cartilha Cruzada ABC” que se tratava de um projeto importado dos Estados Unidos na qual não condizia com a realidade da população do Nordeste, afirmava ele em seu depoimento contido no processo 04/69, instaurado em Teresina (BNM N° 340, p. 1054).

O conhecimento e sensibilidade do “bispo da Igreja de Crateús”, Antônio Fragoso, surgem logo no início de sua fala registrada e transcrita pelos agentes da DOPS-PI e que se encontra anexado entre os autos do processo 04/69. O que o bispo caracteriza enquanto “depoimento”, trata-se de seu discurso proferido em forma de palestra aos estudantes, e comunidade acadêmica da FAFI (Faculdade Católica de Filosofia) no qual introduz:

Eu sou matuto lá do Crateús. Lá, onde não chega a televisão, onde não chega nunca um diário, onde o povo que sabe ler foge todinho para cidade grande. Mas, é bem natural, que toda pessoa adulta, que tem uma consciência sensível, possa dar em público o seu depoimento. É um depoimento o que vou dar essa noite (aplausos) (BNM N° 340, p. 1054)

O bispo Antônio Fragoso deixa transparecer que, naquele ambiente social e político de regime ditatorial do país, seria essencial policiar-se no que dizer e onde estar. Seu depoimento de cunho progressista e consciente afetou muitos estudantes presentes, da capital e do interior. Aqueles que sofriam com a repressão, em especial os alunos da FAFI que tinha envolvimento direto com os movimentos estudantis organizados (Diretórios Acadêmicos, Grêmios Estudantis, entidades municipais) e que eram inclusive os realizadores da palestra do Antônio Fragoso, se identificavam com a fala do bispo.

No decorrer de seu depoimento, o bispo Antônio Fragoso demonstra ser portador de um significativo “capital cultural” (BORDIEU, 2007, p. 299), considerando que expressou seu julgamento sobre diversos aspectos da vida social dos nordestinos, brasileiros, latino-americanos, sobretudo, seres humanos. Pensando em assuntos como política, economia, ciência, entre outras meditações que enriquecem notoriamente o conteúdo do processo 04/69 (BNM N° 340), assim como transcreve parte do cotidiano de lutas, resistência e negociações. As representações sobre os temas levantados pelo Dom Fragoso eram pertinentes para se flagrar os mecanismos de vigilância e informação que, inclusive, gravaram maior parte da fala, em pleno auditório da FAFI.

De acordo com a historiadora Maria do Amparo Alves (CARVALHO, 2006, p. 107), em sua dissertação, descreve que em 1968, quando foram presos estudantes de todo o Brasil no Congresso Clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP), Antônio José Medeiros, ainda na condição de estudante de Filosofia da FAFI, foi detido e prestou declarações que ajudaram a compor um dossiê que foi encaminhado, posteriormente, ao DOPS-PI. Desse dossiê, podemos destacar uma citação presente na dissertação da historiadora Marylu Oliveira (2008, p. 146), no qual a pesquisadora demonstra as repercussões das:

“[...] prisões dos comunistas e supostos comunistas, os jornais locais também divulgaram com grande repercussão a prisão de estudantes piauienses no famoso congresso da UNE, na cidade de Ibiúna, no ano de 1968” (OLIVEIRA, 2008, p. 146).

A detenção e os interrogatórios de José Medeiros, realizados em São Paulo, causou certa apreensão nos setores mais atentos às manifestações contra o regime ditatorial em Teresina e União, sendo a última cidade natal de José Medeiros. Fato que demonstra, como a vigilância e as informações colhidas nesse meio tempo foi rapidamente disseminado pelos organismos de vigilância e repressão, chegando a cidade natal do estudante. Ainda percebe-se como as informações serviriam para complementar o inquérito policial militar aberto um ano após a prisão em Ibiúna, em setembro de 1969, o processo 43/69 (BNM Nº 705). Seja para conhecer os indivíduos e suas respectivas trajetórias na militância de oposição ao regime militar pelo Brasil, ou ainda para manter a vigilância sobre os militantes mais articulados, a prática da produção de dossiês é têm uma maior recorrência no processo 13/65 (BNM Nº 185), onde se têm pelo menos mil páginas só de anexos, com principal volume os dossiês.

Buscamos nesse tópico, tendo como uma das referências a dissertação da pesquisadora Marylu Oliveira (2008), exemplificar como os diversos estratos sociais estavam atentos aos movimentos repressivos após 1964, quando:

“[...] entendemos ser necessário uma reflexão sobre a noção de comunismo, naquele momento, uma vez que, essas noções não são algo dado naturalmente, mas o que foi sendo definido como comunismo, deve ser entendido a partir da historicização da representações feitas à época, encontradas nas mais variadas fontes (OLIVEIRA, 2008, p. 32)

Dessa forma, esses sujeitos sociais oriundos de espaços distintos, como são apresentados no decorrer deste estudo, não só resistiram como também demonstraram as características e circunstâncias históricas das mobilizações e reivindicações da militância nos anos sessenta do século XX. Circunstâncias históricas que podem nos ajudar a pensar mais sobre o período do regime militar no Brasil e, mais especificamente, no Piauí ao tempo que

não se restringia aos processos cotidianos desse espaço macropolítico. Uma vez que esses militantes locais refletiam sobre as experiências do México, Rússia, China, Bolívia, Cuba e suas reconfigurações políticas, sociais e econômicas que são demandas notadamente de âmbito universal.

Quando trata das “palavras” e das possibilidades dela ser manipulada ou incriminatória, o teórico cultural Stuart Hall (2005), demonstra que:

[...] afirmações são baseadas em proposições e premissas das quais nós não temos consciência, mas que são, por assim dizer, conduzidas na corrente sanguínea de nossa língua. Tudo que dizemos, tem um “antes” e um “depois” - uma “margem” na qual outras pessoas podem escrever (HALL, 2005, p. 41).

Das proposições teóricas do sociólogo Stuart Hall (2005), considera-se sua concepção em torno da narrativa enquanto processo espontâneo e do qual não temos controle, que pode dar informações das quais não temos consciência. Para Hall (2005), o significado “[...] está constantemente escapulindo de nós. Existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos” (HALL, 2005: p. 41).

No decorrer desse último capítulo apresentaremos a cidade, isto é, Teresina, a capital piauiense, local onde houve as maiores ocorrências de manifestações estudantis do Estado do Piauí, na década de 1960. Subjetividades e circunstâncias próprias de uma resistência local, muito explícita nas práticas de resistência dos estudantes, professores, bancários, advogados, padres, e que estão definitivamente contidos nos inquéritos instaurados nos anos de 1968 e 1969, em Teresina.

### **4.3 A cidade silenciada: os “subversivos” na mira dos militares**

Não te rendas, ainda é tempo de se ter objetivos e começar de novo, aceitar tuas sombras, enterrar teus medos, soltar o lastro, retornar o vôo. Não te rendas que a vida é isso, continuar a viagem, perseguir teus sonhos, destravar o tempo, correr os escombros e destapar o céu. Não te rendas, por favor, não cedas, ainda que o frio queime, ainda que o medo morda, ainda que o sol se esconda, e o vento se cale, ainda existe fogo na tua alma. Ainda existe vida nos teus sonhos (Mario Benedetti).

O depoimento do bispo Antônio Fragoso aos estudantes da FAFI, em 1968, chama atenção pela sua sensibilidade em tratar de temas pertinentes aquelas circunstâncias históricas, a saber: os brasileiros exilados pelo regime ditatorial. Em seu depoimento o bispo expressa:

[...] Há um cidadão que está no Chile, hoje. É professor num instituto católico do Chile. Dirigido por um jesuíta. O episcopado chileno pediu auxílio dele, para a evangelização no Chile. Mas ele foi expulso do Brasil como subversivo! Por causa do método dele. Chama-se Paulo Freire (BNM N° 340, p. 1054).

Fica claro no depoimento do bispo Antônio Fragoso quando fala de Paulo Freire que a prática do exílio afetava diretamente o desenvolvimento científico e tecnológico do país, uma vez que muitos outros brasileiros haviam sido exilados até 1968. O discurso do bispo aponta também para as mudanças estruturais ocorridas em outros países e que o Brasil não estava acompanhando-as no mesmo ritmo, especialmente pela “produção bélica” fruto do imperialismo dos Estados Unidos e que afetava diretamente a vida dos sul-americanos, dos orientais e asiáticos. Não é a toa que o bispo Antônio Fragoso se mostra como ativo crítico dos problemas socioeconômicos e considerava imperativa uma “revolução social” que promovesse uma mudança estrutural no Brasil, caso esta não fosse suficiente ressaltava que seria inevitável a “revolução armada” propriamente dita (BNM N° 340, p. 1065).

As fugas e os silenciamentos foram, entre todas, as últimas alternativas que os militantes viam para sair da vigilância da polícia política e das prerrogativas estabelecidas pela lei de segurança nacional. Os estudantes Odilon Mesquita e Manuel Ventura que foram indiciados, respectivamente, nos inquéritos de 1968 e 1969, fugiram antes do julgamento até que as penas prescreveram em meados da década de 1970. José Medeiros, após o julgamento do inquérito aberto em 1969, saiu de Teresina e, em meados da década de 1970, sai do Brasil em exílio (MEDEIROS, 2014).

A Praça Pedro II serviu como espaço de encontros “de várias naturezas”. Esse espaço serviu para os encontros de estudantes, artistas, professores, para o amadurecimento e a reflexão de ideias que emergiam dos meios sociais e culturais teresinenses nos anos sessenta do século passado. É nesse ambiente de efervescência que se dá a extensão dos debates políticos e ideológicos em voga na FAFI (Faculdade Católica de Filosofia) e de outros ambientes culturais da cidade (BNM N° 705, p. 14).

Entre os “materiais subversivos” apreendidos, e que estavam sob a guarda de Antônio José Medeiros, havia uma lista manuscrita com indícios da comunicação existente entre “sindicatos de lavradores” de Teresina (PI) com militantes das cidades de Floriano (PI), Parnaíba (PI), Picos (PI), São Raimundo Nonato (PI), Oeiras (PI), Campo Maior (PI), Amarante (PI), Angical (PI), Água Branca (PI), além de outras capitais do Nordeste e do Sudeste, como constantes no processo 43/69 (BNM N° 705, p. 56).

Há nesse sentido uma relação pouco apreciada pelos autos dos processos crimes sobre a rede de relações entre trabalhadores rurais do interior do Piauí e militantes da Ação Popular no Nordeste. Uma das percepções, é que esse fator agravante pode inclusive ter incentivado a mobilização do Projeto Rondon nos anos 1970 em Picos (PI). Além de ser uma cidade central no estado do Piauí para atingir a região amazônica e centro-oeste do Brasil, tivemos em Picos o início da rota do projeto da Transamazônica, e a sede de implantação do Segundo Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (II BEC).

Há uma documentação contundente de uma rede de relações entre os militantes da Ação Popular em Teresina, com os trabalhadores rurais do interior do Piauí, e ainda com as principais capitais brasileira. Os relatos no processo 43/69 (BNM N° 705, p. 15), no qual os militares classificam Osvaldo Rocha enquanto militante da Ação Popular no Goiás, que teria ministrado “cursos de capacitação de guerrilhas entre lavradores em Itauçu (GO)”, além de ter atuado entre 1967 e 1969 de forma clandestina, como foragido da polícia. Ao chegar em Teresina, em 1969, Osvaldo Rocha, juntamente com Benoni Pereira que já vivia na cidade, atuaram no sentido de mobilizar fundos para a defesa de outros militantes indiciados em outros processos.

Foram inúmeros os jornais clandestinos, manifestos, palestras transcritas, livros e fichas de leituras encontradas sob a guarda de Antônio José Medeiros, após sua prisão em 30 setembro de 1969, presente no processo 43/69 (BNM N° 705). A maior parte desses materiais, considerados subversivos pelas leis de Segurança Nacional, serviram como provas, inclusive para embasar uma acusação de cúmplice da subversão rural, que no entanto não se sustentou no julgamento em meados de 1970. Os temas dos materiais variaram desde: produções de militantes de esquerda de oposição ao regime militar e que pareciam ter certa consciência do que escreviam sobre as diferentes formas de repressão utilizadas pelos militares; a desarticulação dos movimentos sindicais no campo e dos movimentos sociais urbanos; até mesmo as formas de resistências física e ideológica, como meios de filtrar as estruturas ideológicas, descredibilizando o regime militar (BNM N° 705, p. 22).

Fragmentação do “indivíduo moderno” na concepção do teórico cultural Stuart Hall (2005), pode ser uma das explicações para entender a “crises de identidade” que afetava os estratos sociais até o golpe civil-militar de 1964. Houve uma intensa disputa de poder desde o processo de proclamação da república brasileira. Os militares brasileiros criaram um histórico na tomada do poder em tempos de crise desde a proclamação da república em 1889. Após a ascensão de Vargas, e após sua queda, os militares também estiveram no cenário tomando as

rédeas do conflito.

Em 1964 não foi diferente, após o golpe, onde se apoiaram parcelas da sociedade civil-militar, fizeram de três poderes, um só. Centralizaram as estratégias com um objetivo prioritário: expulsar um suposto perigo vermelho. O poder nessa estratégia, foi utilizado pela polícia política no regime militar que se instituiu nas primeiras semanas. Para minar a possível atuação dos sujeitos considerados subversivos e catalogar todas as estratégias de colaboradores dos movimentos (de resistência) sociais, a polícia política atuou em todas as esferas da sociedade. Sobre o entendimento de fragmentação do “indivíduo moderno”, vejamos a explicação do sociólogo Stuart Hall (2005, p. 07):

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referências que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Através dos movimentos civis organizados e da criminalização de seus quadros, foi possível o registro de suas práticas e falas de resistência, demasiadamente presente nos documentos oficiais, isto é, nas intenções e falas dos sujeitos, em grande parte presente nos autos do processo. O que de fato tornou essa crise de identidade um aspecto positivo na história brasileira, é que ela criou as dúvidas que o povo precisava para proclamar uma nova república em 1988, com a nova constituição. Talvez a história nos mostre que esse tempo, que pareceu somente de conciliação, seja um momento ao mesmo tempo, de equitativas ações da sociedade brasileira para as gerações futuras.

O que identificamos no fim das análises dos processos crimes instaurados durante a década de 1960 no Piauí, foi o silenciamento de estudantes, bancários, advogados, trabalhadores rurais, professores, políticos, entre outros estratos sociais que buscaram reformas democráticas e progressistas para o campo e para a cidade. Não tiveram a resposta esperada. Muitos dos indiciados, que não tiveram condições de exilar-se voluntariamente, exilaram-se na marginalidade política.

Outros estudantes que tiveram oportunidade pelas condições econômico sociais, e fizeram cursos no Sudeste e nos intercâmbios no exílio. Muitos lavradores, tiveram embargados desde sua dignidade, até as terras que historicamente eram suas. Muitos advogados, jornalistas, professores, foram afastados de seus cargos, seus espaços de participação deslocados, e suas falas silenciadas. Seja pela censura, ou pelo medo criado nas

entrelinhas da propaganda e da ação repressiva dos militares, o silenciamento foi perdurado por longa data, e muitos não viram esse tempo passar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem intenções de expor conclusões definitivas e apressadas, essa foi uma tentativa de apresentar as práticas sociais e experiências individuais/coletivas dos sujeitos históricos presentes nos processos crimes instaurados no Piauí, entre 1964 e 1969, tendo total consciência das muitas falhas e incompletudes presentes no decorrer do trabalho. Buscou-se, em meio aos processos crimes discutir questões que possibilitasse a compreensão das práticas de resistência no território piauiense, na década de 1960, tendo em vista que muito se tem ainda para ser investigado nesses processos, que estão longe de esgotarem seus sentidos e possibilidades de abordagens. Propõe-se nessa monografia, uma análise que buscasse não reconstituir grandes movimentos em torno dos militares ou militantes, mas que expusesse novas abordagens que considerasse o papel da participação de diversos civis, na organização e fundação de diversos movimentos sindicais e estudantis, assim como a diversidade das percepções desses sujeitos e suas formas de atuação e militância colaborativa.

A princípio, tivemos que aprofundar na leitura de um dos inquéritos policiais para se entender os procedimentos e a própria ordem da documentação no decorrer de sua organização. E ao longo dos meses de pesquisa e tratamento das fontes, lendo e analisando todos os processos crimes selecionados, pode-se constatar muitos detalhes que nos davam conta das práticas sociais e experiências individuais/coletivas dos sujeitos que tiveram envolvimento com os movimentos sociais no Piauí, mais especificamente nas cidades de Teresina e Parnaíba, permitindo, assim, apontar algumas das questões da história política e social no período do regime militar brasileiro. Observa-se ainda as redes de relações que motivaram os militares se estabelecerem na região central nordestina através da instalação do Campus Avançado, extensão da Universidade Federal do Goiás, do Projeto Rondon e da instalação do II BEC (Segundo Batalhão de Engenharia e Construção do Exército) em Picos, fazendo daí, ponto de interseção com as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Ao longo da leitura e análise dos processos crimes foi possível identificar a prisão, após 1964, das principais lideranças sindicais do campo e da cidade, e a repressão velada em torno dos supostos sujeitos subversivos do Estado do Piauí. Os indiciados no decorrer dos processos crimes foram estudantes, sindicalistas, professores, advogados, bancários, entre outros sujeitos oriundos de diversos estratos sociais indiciados no decorrer do regime militar, e que deixaram suas histórias e memórias nos Inquéritos Policiais Militar.

No Piauí, os movimentos sociais surgem de forma heterogênea e com demandas que

abrangiam desde a reforma agrária até a garantia de espaços sociais de participação política. A caça aos comunistas, em Teresina, subestimou a consciência política dos indiciados que participaram como coautores da construção dos processos crimes. Foram documentados nos processos crimes, desde práticas de resistência até o abuso de autoridade e manipulação dos inquéritos instaurados na década de 1960, no Piauí, conduzidos explicitamente no caminho da criminalização dos supostos comunistas, simplesmente por terem atitudes suspeitas.

A partir dos dados contidos nas fontes de pesquisa sobre os movimentos como a Frente de Mobilização Popular (FMP), Núcleos de Bairros, a Organização da Ação Popular (OAP), Movimento de Educação de Base (MEB), entre outros movimentos de classe, temos alguns indícios da participação das esquerdas na construção de grupos representativos de classe, ainda que não fosse a situação de todos. Alguns movimentos urbanos, como a Ação Popular, tiveram participações ativas no decorrer dos quatro inquéritos, com formações distintas, mas que não descaracterizam as relações entre movimentos de esquerda e dos religiosos, que tinham por finalidade propostas de cunho democrático e progressista.

A busca pela democracia parece ter sido incessante nos anos de 1960 e isso fica subentendido ao longo dos depoimentos contidos nos processos crimes instaurados no recorte temporal da pesquisa. A extinção do *habeas corpus* pelo AI-5 mudaria, a partir dos últimos inquéritos instaurados, toda a lógica de procedimentos. Sobre as mobilizações sociais e sindicais, houveram representantes que não se calaram diante da ditadura, em fins da década de 1960.

Em meados dos anos de 1970, foram julgados os últimos indiciados no processo de 1969. Benoni Alencar, José Medeiros, Oswaldo Rocha, Geraldo Bordes e Samuel Farias, aguardaram julgamento por cerca de nove meses em regime fechado. Odilon Pinto estava foragido desde 1968, quando indiciado em processo naquele ano. Manoel Ventura também estava foragido desde fins de 1969. João Vasconcelos, sem motivos esclarecidos, teria sido absolvido antes mesmo do julgamento. Todos os envolvidos no processo de 1969 foram condenados entre quatro a oito meses de prisão. Entretanto, todos eles já haviam aguardado o julgamento por mais de nove meses, tendo todos cumprido a pena estabelecida antes mesmo do veredito.

A cidade silenciada foi um dos resultados que observaremos com o fim dos indiciamentos em Teresina. Mesmo não havendo inquéritos policiais que nos apresente as práticas de repressão e as vozes de militantes na década de 1970, no Piauí, isso não quer dizer

que elas não tenham existido. Uma vez que se chega às conclusões dessa monografia, só temos que apontar para as possibilidades que aqui deixamos de tratar, seja pelo tempo delimitado para a construção do trabalho, ou para motivar abordagens e narrativas sobre esse tema e essas memórias tão significantes para a História do Piauí e dos piauienses, que não foram abordadas nessa pesquisa.

Nesta perspectiva, pontua-se ainda que na construção desse trabalho, as experiências no trato com os processos crimes foram fundamentais para apreensão de um método de análise e cruzamento de dados. Desde o contato com os primeiros autos e termos de perguntas, até os relatórios, índices, anexos, enfim, todo material foi indispensável para se entender a construção do processo crime. A quantidade de informações é incalculável. Definitivamente, o que se aprendeu na construção desse trabalho é incomensurável e as experiências possibilitadas por esse objeto foram apenas as primeiras de muitas outras que este pesquisador buscará tratar com a produção de outros trabalhos acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, T. S. **Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às leis de Segurança Nacional (1964 – 1978)**. Porto Alegre, 2009.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ARENDT, Hannah. Totalitarismo. In: **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- ARNS, P. E. **Projeto Brasil: Nunca Mais** – um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARROS, J. D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BENJAMIN, W. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BENJAMIN, W. Para uma crítica da violência. In: **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2011. [p. 121 – 156]
- BOURDIEU, Pierre. Reprodução Cultural e Reprodução Social. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. [p. 295 – 336]
- CAMARGOS, J. L. **Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão – o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973)** Dissertação. UFSJ: São João Del-Rei, 2012.
- CARLONI, K. Guilherme. Militares de esquerda e o regime militar: “Marechal da legalidade” na defesa da democracia. In: **Revista Crítica Histórica**. Ano. V. n. 10. dez/2014.
- CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina**. [mestrado em História do Brasil] Teresina: UFPI, 2006.
- DERRIDA, J. **Força da lei: o fundamento místico da autoridade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ESTEVES, C. L. Formoso e Trombas: lutas pela terra e resistência camponesa em Goiás – 1954 – 1964. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. v. II: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP; FDE, 1995.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 24. n. 47. 2004. [p. 29-60]
- FRANÇA, A. da C. P. Militarização e Institucionalização. In: **Doutrina e Legislação: os bastidores da política dos militares no Brasil (1964 – 1985)**. 2009.

GINZBURG, C. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GOMES, A. de C. Política: História, Ciência, Cultura etc. In: **Revista Estudos Históricos**. n.17. 1996. [p. 59 – 84]

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HOBBSBAWN, E. **Os anos dourados**. In: **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 17 n. 34. São Paulo, 1997.

MARQUES DE SAES, D. A. A questão da cidadania política no Brasil. In: **Estudos Avançados**. v. 15. n. 42. a. 21. 2001.

MEDEIROS, A. J..**1968: uma geração contra a ditadura**. Teresina: Quimera Editora; Instituto Presente, 2014.

MELO, A. M. V. **Os alicerces da educação superior no Piauí: uma avaliação das experiências da Faculdade de Direito e Católica de Filosofia (1930 – 1970)**. Dissertação [mestrado em Educação]. Teresina: UFPI, 2006. [147 f.]

MIGUEL, L. F. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos de história política do Brasil. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 20, n. 39. 2000. [p. 190 – 199]

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. In: **Ciencia e Cultura**. 2014, v. 66, n. 4, [p. 21-26].

\_\_\_\_\_. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (História). São Paulo: USP, 2000.

\_\_\_\_\_. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. In: **Contemporânea**. História y problemas del siglo XX. Ano 3. V. 03. 2012.

NIETZSCHE, F. Um olhar sobre o Estado. In: **Humano, demasiado humano**. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

OLIVEIRA, M. Alves de. **A cruzada antivermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960**. [Dissertação] UFPI: Teresina, 2008. [274 f.]

\_\_\_\_\_. Esteja preso, comunista! Breves considerações sobre práticas anticomunistas no pós-golpe civil militar de 1964 no Piauí. In: **Revista Crítica Histórica**. Ano V, n. 10. dez., 2014.

\_\_\_\_\_. Mas afinal, o que era mesmo o comunismo? A significação da palavra “comunismo” através dos textos anticomunistas que circularam no Piauí da década de 1960. In: **Fenix: Revista de História e Estudos Culturais**. v. 06, ano: VI, n. 01. Jan/ fev/ mar: 2009.

PETERS, E. **História da tortura**. Lisboa: Teorema, 1985.

PRIORI, A. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. [pp. 199-213.].

SANTANA, F. A. **Atuação política do movimento estudantil: 1964 – 1984**. [dissertação] História. USP, 2007. [p. 249].

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960**. Dissertação (História do Brasil). Teresina: UFPI, 2015. [412f]

TEIXEIRA, Francisco Carlos. **1964 perante 2014: algumas considerações precárias sobre os direitos humanos no Brasil**.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

## FONTES

SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. *p. 01*. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0000000I0142264-12\(01366x02010\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0000000I0142264-12(01366x02010).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. *p. 06*. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142269I0142270-12\(01366x01003\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142269I0142270-12(01366x01003).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. *p. 08*. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 349. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/589930.8554041/I0033837I0033838-11\(00614x00504\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/589930.8554041/I0033837I0033838-11(00614x00504).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 10-11*. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 185. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0116931I0116932-12\(01366x01129\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0116931I0116932-12(01366x01129).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 101*. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 185. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0117021I0117022-12\(01366x01114\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0117021I0117022-12(01366x01114).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 1054-1055. Projeto Brasil Nunca Mais.* Nº 340. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029456I0029457-12\(01366x01103\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029456I0029457-12(01366x01103).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 1056-1057. Projeto Brasil Nunca Mais.* Nº 340. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029458I0029459-12\(01366x01094\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029458I0029459-12(01366x01094).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 1058-1059. Projeto Brasil Nunca Mais.* Nº 340. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029460I0029461-12\(01366x01101\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029460I0029461-12(01366x01101).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 1060-1061. Projeto Brasil Nunca Mais.* Nº 340. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029462I0029463-12\(01366x01110\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029462I0029463-12(01366x01110).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 1062-1063. Projeto Brasil Nunca Mais.* Nº 340. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029464I0029465-12\(01366x01099\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029464I0029465-12(01366x01099).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 1064-1065. Projeto Brasil Nunca Mais.* Nº 340. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029466I0029467-12\(01366x01099\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0029466I0029467-12(01366x01099).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 125. Projeto Brasil Nunca Mais.* Nº 185. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0117045I0117046-12\(01366x01130\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0117045I0117046-12(01366x01130).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 14. Projeto Brasil Nunca Mais.* Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/575670.6860315/I0142277I0142278-17\(01264x00930\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/575670.6860315/I0142277I0142278-17(01264x00930).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. *p. 20. Projeto Brasil Nunca Mais.* Nº 340. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0028422I0028423-12\(01366x01118\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/06520.6241114/I0028422I0028423-12(01366x01118).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *p. 22. Projeto Brasil Nunca Mais.* Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/575670.6860315/I0142285I0142286-17\(01264x00929\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/575670.6860315/I0142285I0142286-17(01264x00929).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. p. 250. **Projeto Brasil Nunca Mais.** Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142513I0142514-12\(01366x01000\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142513I0142514-12(01366x01000).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. p. 268. **Projeto Brasil Nunca Mais.** Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142531I0142532-12\(01366x01001\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142531I0142532-12(01366x01001).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. p. 303. **Projeto Brasil Nunca Mais.** Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142565I0142566-12\(01366x01005\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142565I0142566-12(01366x01005).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. p. 403. **Projeto Brasil Nunca Mais.** Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142665I0142666-12\(01366x01001\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142665I0142666-12(01366x01001).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. p. 405. **Projeto Brasil Nunca Mais.** Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142667I0142668-12\(01366x01017\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142667I0142668-12(01366x01017).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. p. 406-407. **Projeto Brasil Nunca Mais.** Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142669I0142670-12\(01366x01052\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142669I0142670-12(01366x01052).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. p. 50. **Projeto Brasil Nunca Mais.** Nº 349. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/589930.8554041/I0033879I0033880-11\(00611x00504\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/589930.8554041/I0033879I0033880-11(00611x00504).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. p. 56. **Projeto Brasil Nunca Mais.** Nº 705. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142319I0142320-12\(01366x01001\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142319I0142320-12(01366x01001).jpg)>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. p. 66-67. **Projeto Brasil Nunca Mais.** Nº 185. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0116987I0116988-12\(01366x01112\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0116987I0116988-12(01366x01112).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. p. 68-69. **Projeto Brasil Nunca Mais.** Nº 185. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0116989I0116990-12\(01366x01107\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0116989I0116990-12(01366x01107).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. p. 70. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 185. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0116991I0116992-12\(01366x01097\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0116991I0116992-12(01366x01097).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. p. 81. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 185. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0117001I0117002-12\(01366x01114\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0117001I0117002-12(01366x01114).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. p. 82. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 185. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0117003I0117004-12\(01366x01115\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0117003I0117004-12(01366x01115).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. p. 926. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 349. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/589930.8554041/I0034755I0034756-12\(01366x01117\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/589930.8554041/I0034755I0034756-12(01366x01117).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Processo nº 19/66 – Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 185. Disponível em <<https://bnm-acervo.mpf.mp.br>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 02/DOPS/69. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 705. p. 06. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142269I0142270-12\(01366x01003\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/67660.9974024/I0142269I0142270-12(01366x01003).jpg)>. Acesso 03 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Nº 185. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0116931I0116932-12\(01366x01129\).jpg](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/cache/381010.2045208/I0116931I0116932-12(01366x01129).jpg)>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( X ) Monografia  
( ) Artigo

Eu, **Robson Almeida Ferraz**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação ***Movimentos sociais e repressão: vigilância, coerção e criminalização política nos inquéritos policiais militares no Piauí (1964-1969)***, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 28 de julho de 2016.

Robson Almeida Ferraz